

A T A S

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA**
2 **CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS**
3 **HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2014. Presidência:**

4 Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Aos vinte e dois dias do mês
5 de maio do ano de dois mil e quatorze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada
6 reunião, em terceira convocação. **COMPARECIMENTOS:** Adriane da Silva Duarte, Ana Fani

7 Alessandri Carlos, Ana Paula Belém Hey, Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi, Ana Paula
8 Torres Megiani, Andre Roberto Martin, Arlete Orlando Cavaliere Ruesch, Brasílio João Sallum
9 Junior, Caetano Ernesto Plastino, Cicero Romão Resende de Araújo, Elisabetta Antonietta Rita

10 Maria Carmela Santoro, Elizabeth Cancelli, Elizabeth Harkot de La Taille, Esmeralda Vailati
11 Negrão, Fabio Rigatto de Souza Andrade, Fernando de Magalhaes Papaterra Limongi, Gabriela
12 Pellegrino Soares, Helmut Paul Erich Galle, Inauê Taiguara Monteiro de Almeida, Jessica

13 Policastri, João Roberto Gomes de Faria, Laura de Mello e Souza, Laura Patricia Zuntini de
14 Izarra, Leonardo Octavio Belinelli de Brito, Luan Diego Silva Fernandes, Luciana Raccanello
15 Storto, Marcelo Candido da Silva, Marcia Regina Gomes Staaks, Maria Augusta da Costa

16 Vieira, Maria Célia Pereira Lima Hernandez, Maria Helena Rolim Capelato, Marie Marcia
17 Pedroso, Marilza de Oliveira, Marina de Mello e Souza, Marlene Petros Angelides, Mary Anne
18 Junqueira, Mauricio Cardoso, Moacyr Ayres Novaes Filho, Osvaldo Luis Angel Coggiola,

19 Reginaldo Gomes de Araújo, Roberta Baessa Estimado, Ronald Beline Mendes, Rosangela
20 Sarteschi, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, Sandra Lencioni, Sandra Margarida Nitriini,
21 Sergio França Adorno de Abreu, Shirlei Lica Ichisato Hashimoto, Silvana de Souza

22 Nascimento, Sylvia Bassetto Larocca, Valeria De Marco, Valeria de Marcos, Vera Lucia
23 Amaral Ferlini, Zilda Marcia Gricoli Iokoi. Como assessores atuaram: Eliana Bento da Silva
24 Amatuzzi de Barros (SCS), Leonice Silva de Farias e Ismaerino de Castro Junior (ATFN),

25 Augusto César Freire Santiago (STI), Maria Aparecida Laet (SBD), Rosângela Duarte Vicente
26 (ATAC), Vania Santos de Melo (ATAD). **I – EXPEDIENTE** 1. Justificaram a ausência os
27 seguintes membros: Nadya Araujo Guimarães, Sylvia Maria Novaes Caiuby, Maria Helena

28 Pereira Toledo Machado, Marcos Napolitano, Helio de Seixas Guimarães, Yuri Tavares Rocha,
29 Maria Elisa Siqueira, Ana Lucia Pastore Schristzmeyer, Paulo Roberto de Arruda Menezes,
30 João Azenha Junior, Elias Thomé Saliba, Marli Quadros Leite. Como assessores atuaram:

31 Eliana Bento da Silva Amatuzzi de Barros (SCS), Leonice Silva de Farias e Ismaerino de Castro
32 Junior (ATFN), Augusto César Freire Santiago (STI), Rosângela Duarte Vicente (ATAC). 2.

33 Coloco em votação a ata da reunião de 22/08/2013 enviada para apreciação junto com a
34 convocação. Após votação, o texto da ata foi APROVADO com duas abstenções. 3. Comunico

A T A S

35 a eleição dos representantes discentes dos cursos de Letras e História junto à Congregação:
36 Letras: Joyce Mattos (titular) e Jéssica Policastri (suplente); História: Roberta Baessa Estimado
37 (titular) e Luan Diego Fernandes (suplente). Lembro que toda representação desta Congregação
38 tem como base a relação titular/suplente, sendo que o representante suplente somente poderá
39 participar deste colegiado na ausência do representante titular. 4. Comunico que os Professores
40 RICARDO RIBEIRO TERRA e ESMERALDA VAILATI NEGRÃO foram designados
41 membros do Grupo de Trabalho sobre Atividade Docente, sendo o Prof. Ricardo Ribeiro Terra
42 na condição de Presidente do GT. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Gostaria de
43 comunicar que eu enviei ao presidente da Comissão de 80 anos USP o documento da Faculdade
44 de Filosofia. No meu ponto de vista o documento ficou aquém do que poderia ter sido feito. Eu
45 recebi uma diversidade enorme de documentos, alguns fizeram relatos de atividades. O que foi
46 pedido pela Comissão era que eu colocasse no documento o que marcou a Faculdade do ponto
47 de vista da sua história. Eu aproveitei os relatos dos Departamentos e dos Centros, mas não fiz
48 um “recorta e cola”. Li os documentos que recebi e redigi um texto com preâmbulo, falando um
49 pouco da nossa identidade. O tom geral do preâmbulo era mostrar que para a Faculdade de
50 Filosofia não existe oposição radical entre ciência e cultura, pois a ciência faz parte da cultura, e
51 nós, como produtores de cultura, também nos vemos como produtores de ciência. Depois eu
52 falei da relação entre cultura , ciência e política, dimensão identitária desta Faculdade. Eu não
53 pontuei por Departamentos, preferi trabalhar grandes áreas. Propus três atividades como
54 contribuição da Faculdade para a comemoração dos 80 anos USP, e uma delas é um grande
55 seminário internacional sobre o futuro das humanidades. Conversei com o Consulado Francês,
56 que se disse dispôs a financiar uma parte dos gastos do evento. Penso em marcá-lo para o final
57 de novembro, começo de dezembro. A segunda proposta é a digitalização dos nomes todos os
58 alunos da Faculdade de Filosofia, desde os primeiros até os de 2013, e estamos conseguindo
59 identificar o destino de uma parte destes nossos formandos, assim podemos saber onde vão
60 parar os nossos estudantes. O terceiro é a lista de todas as obras e autores premiados na
61 Faculdade de Filosofia nestes 80 anos. O prêmio tem um caráter simbólico, pois diz que
62 contribuímos para a circulação de conhecimento de qualidade e de reconhecimento. Logo
63 teremos o relato da Comissão que a Congregação instituiu para a discussão dos estatutos da
64 USP, e eu chamarei o professor Cícero para a exposição. Realizamos o primeiro fórum, tal
65 como sugerido pelo CAECO, e o segundo fórum deveria ter ocorrido no último dia 21, mas ele
66 foi desmarcado em virtude do anúncio da paralisação. Achei por bem respeitar a paralisação e
67 suspender o evento. Fizeram muitas críticas em relação ao primeiro fórum e eu quero aproveitar
68 e responder duas delas. Foi falado que o tempo é curto, e ele é assim por duas razões básicas. Eu

A T A S

69 não estou autorizado a suspender as aulas; os professores e alunos interessados podem e devem
70 comparecer e nada impede que o debate prossiga por mais tempo. Naquele dia especificamente
71 o auditório estava comprometido com outra atividade e eu não possuía outra sala disponível
72 naquele momento. Não posso suspender as aulas, pois quem elabora o calendário escolar é o
73 Conselho de Graduação. Só posso suspender as aulas em casos de exceção, como acidente, falta
74 de água, ou seja, quando as condições de trabalho impedem a realização das atividades. A
75 segunda questão é que o formato não foi considerado o mais adequado. Eu havia imaginado
76 para o fórum que teríamos um professor que o abriria com uma fala inicial, expondo o que se
77 discute quando falamos em missão da Universidade, atividades didáticas, pesquisa, extensão,
78 responsabilidade fiscal, o resto do fórum seria de debates. O relator poderia, assim, fazer uma
79 síntese por meio de documento escrito para que depois pudéssemos articular um documento
80 maior para ser encaminhado ao CO. Eu tentei transferir o fórum para o próximo dia 23, mas
81 infelizmente os expositores requisitados não tinham disponibilidade na agenda para este dia, e
82 na próxima semana teremos paralisação e a sua agenda vai ocupar grande parte do nosso tempo
83 de discussão.” Com a palavra, a Funcionária Marlene Petros Angelides disse: “Eu poderia ter
84 participado, quero deixar registrado.” Com a palavra, a Profa. Elisabetta Antonietta Rita Maria
85 Carmela Santoro disse: “Gostaria de fazer algumas observações. Eu participei de vários fóruns,
86 da plenária e de outra plenária que o meu Departamento organizou. Queria que ficasse
87 registrado que é da opinião de todos que a exiguidade do tempo e a falta de documentos e textos
88 de apoio prejudicaram a discussão e, assim, a possibilidade de entrarmos em debate mais
89 qualificado. Desde já devemos prever outros formatos porque uma hora e meia para discutir três
90 temas é muito pouco tempo. Precisamos elaborar um pouco mais e pensar desde já, pois
91 setembro chega logo.” Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Acho que devemos
92 constituir uma Comissão com as três categorias para organizar os debates, seja os do CAECO,
93 seja os da nossa atividade interna, tendo o apoio da Comunicação Social para contatar as
94 pessoas.” Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Acho que estamos fazendo duas
95 organizações paralelas e acredito que podemos organizar tempo e densidade de discussão numa
96 única Comissão. A Comissão que a Congregação nomeou é para dizer o que a Faculdade tem a
97 dizer sobre este assunto, o outro é a demanda que vem da CAECO. Eu entendo que nos dois
98 casos o sujeito da fala é a Faculdade. A sensação que eu tenho é que a Comissão da
99 Congregação funcionou melhor, sem culpar alguém específico pelo mau desempenho da outra.”
100 Com a palavra, a Funcionária Marlene Petros Angelides disse: “Para os próximos debates, eu
101 gostaria de solicitar a autorização da Congregação para que nas falas dos funcionários, os
102 próprios funcionários reunidos escolham quem vai falar pelos funcionários.” Com a palavra, o

A T A S

103 Senhor Presidente disse: “Concordo e eu gostaria que fosse sempre como você disse, pois
104 facilita o nosso trabalho e dá maior legitimidade para as falas dos funcionários. Esperamos que
105 as pessoas se manifestem, caso contrário temos que ir atrás. Temos que sugerir nomes e eu tento
106 balancear pessoas de áreas diferentes e com posições diferentes, dando sentido à pluralidade.
107 Mas da sua forma é melhor, pois a indicação do seu representante pela própria categoria nos
108 facilita o trabalho. Quero trazer outro assunto para a pauta para saber qual é o posicionamento
109 da Congregação. Estamos cientes que foi decretada a greve dos professores pela Adusp, a greve
110 dos funcionários terá início na próxima terça-feira e os alunos disseram que vão paralisar em
111 solidariedade aos professores. Tenho recebido inúmeros telefonemas perguntando o que vai
112 acontecer com aqueles que não querem aderir à greve, assistir ou dar aula. Eles querem saber o
113 que a Diretoria vai fazer em caso de cadeiraço, impedimento de acesso à sala de aula, coisas do
114 tipo. Falamos muito em pluralidade na nossa Faculdade, temos que aprender a conviver com
115 ela. Muitos aqui estão de acordo com os motivos da greve, outros apesar de reconhecerem que
116 as reivindicações são justas, não querem aderir à greve. Precisamos encontrar meios de
117 convivência. Minha primeira questão é que não seja utilizada violência durante estes confrontos.
118 A única violência aceitável é a do argumento, quando ele é tão contundente que pela sua força
119 racional nos impede de aceitar outros argumentos. Somos uma Faculdade de Filosofia,
120 reivindicamos ser a matriz da formação da USP, assim, temos que reverter o uso da violência e
121 usar a nossa massa crítica para argumentar. Se a greve é justa, temos que aderir ao movimento
122 porque a razão nos leva a acreditar na razão de ser da paralisação. Não gostaria de receber
123 pessoas que não aderiram à greve e que estão sendo constrangidas. Gostaria que a Congregação
124 se posicionasse sobre a criação de uma Comissão de negociação, assim todos ganham, apesar de
125 cada um no particular perder um pouco. Assim, poderemos administrar este processo e ele sairá
126 fortalecido.” Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Acho que a nossa
127 Congregação pode fazer um comunicado dizendo que o direito de todos deve ser respeitado. Há
128 professores de Letras que querem aderir à greve, mas há outros que querem continuar suas
129 aulas. Acho que devemos conseguir que os direitos de todos sejam respeitados. Se o professor
130 quer dar aula ele tem este direito, o mesmo deve acontecer com os funcionários que querem
131 trabalhar e aqueles que querem entrar em greve. Gostaríamos de evitar o que aconteceu no ano
132 passado, pois recebemos muitas críticas por não termos feito nada contra o cadeiraço. Queremos
133 evitar o cadeiraço por meio de uma Comissão de negociação, formada eventualmente pelos
134 chefes de Departamento, ou vice-chefes, e eles ficariam nos prédios da FFLCH para conversar
135 com as lideranças dos estudantes, funcionários e professores, fazendo com que se respeitem os
136 direitos de todos, pois ninguém é obrigado a aderir à greve. A nossa situação atual é que o

A T A S

137 Reitor nos pediu um voto de confiança para que as negociações avancem até setembro. Há
138 professores que querem dar este voto de confiança, há outros que não querem.” Com a palavra,
139 a Professora Valéria de Marco disse: “Eu acho que é importante fazermos uma Comissão. O
140 Sérgio está propondo uma Comissão institucional. Na Adusp, no Sintusp e no DCE, nós
141 tínhamos a prática de montar uma Comissão coordenadora das atividades de greve. Poderíamos
142 fazer uma Comissão local que fizesse o esforço na direção de dialogar, cada categoria teria o
143 seu representante local que estaria aberto ao diálogo. Acho que poderíamos estabelecer estas
144 duas Comissões para o diálogo, tentando fazer com que os movimentos se desenvolvam de
145 forma mais solidária com aqueles de opinião diversa, e eles ainda poderiam organizar as
146 atividades de greve àqueles que aderiram à greve. Acho importante mantermos a autonomia do
147 movimento organizado. Sugiro não só os canais de negociação institucional, sugiro também
148 outros movimentos, pois pela prática sabemos que nem sempre os canais institucionais
149 conseguem manter o diálogo de modo satisfatório.” Com a palavra, o Prof. Osvaldo Luis Angel
150 Coggiola disse: “Acho que quando formos tomar uma decisão temos que lembrar que somos a
151 Faculdade de Filosofia, não podemos tomar uma decisão de caráter primário como tomariam
152 outras Congregações, sem insultar nossos colegas das outras Unidades. Uma resolução da nossa
153 Congregação exclusivamente destinada a garantir a liberdade de não fazer greve por parte
154 daqueles que não querem aderir a ela me parece uma atitude unilateral, pois assim defendemos
155 apenas um dos lados de uma eventual disputa que não vai acontecer dentro da nossa
156 comunidade. Uma resolução deverá garantir isso, e também garantir o legítimo direito de greve
157 daqueles que querem fazer greve. Esta é a única maneira que a Congregação pode se manifestar
158 neste momento. Vamos ser realistas. Qual é o problema que podemos ter? Professores grevistas
159 constringendo professores não grevistas? Isso nunca aconteceu e não vai acontecer, todos
160 sabemos disso. Funcionários grevistas constringendo funcionários não grevistas? Isso já
161 aconteceu, mas não acontece há tempos, e pelo que se viu na última reunião do Sintusp, acho
162 que não será necessário tomarem tal atitude, pois a decisão de greve entre eles foi praticamente
163 unânime. Alunos grevistas constringendo alunos não grevistas com cadeiraços para que estes
164 não entrem na sala de aula? Caso nenhum aluno consiga entrar na sala, não teremos o problema
165 do professor que quer dar aula e não consegue, pois nenhum professor vai ficar na frente da sala
166 de aula dando aula para ninguém. Pode ou não acontecer estas coisas? Houve uma plenária de
167 professores da Filosofia, de caráter sindical, e eu externei a minha posição: espero que desta vez
168 não tenha cadeiraço porque a greve vem com força. A greve dos alunos não é apenas em
169 solidariedade aos professores e funcionários, pois todos são solidários a todos. Os alunos tem
170 uma pauta própria com relação à permanência estudantil e o DCE está protocolando suas

A T A S

171 demandas para a Reitoria. Eles não querem apenas bagunçar, estão fazendo greve pelas suas
172 próprias pautas e pelas suas próprias cabeças. Isso pode ou não acontecer, o certo é que esta
173 Congregação deve aceitar e respeitar as decisões que os estudantes adotam nos Fóruns. O que
174 são os piquetes, como eles nasceram historicamente? Ele é um exercício de violência por parte
175 de uma parte dos trabalhadores contra outro setor dos trabalhadores para que os que querem
176 trabalhar não trabalhem? Não é bem assim. Os piquetes nasceram historicamente quando os
177 patrões contratavam fura-greves, e por causa desta violência dos patrões, os funcionários
178 respondiam com violência às ameaças dos patrões. Isso é a história dos piquetes. Se os
179 estudantes me permitem uma sugestão, eu acho que esta greve vem tão forte, por causa dos 5%,
180 da copa e do diabo, que não é necessário mantermos o famoso cadeiraço. Caso um representante
181 dos alunos aceite por conta própria nesta Congregação que os alunos não irão mais fazer
182 cadeiraço, ele será destituído imediatamente do cargo de representante porque tal decisão sobre
183 o fim da prática do cadeiraço só cabe à Assembleia dos Estudantes. Eu proponho que tenhamos
184 a posição de afirmar que as divergências políticas não poderão ser resolvidas por meio de
185 violência, e que pretendemos garantir o direito de ir e vir, mas também temos que garantir o
186 direito dos alunos, professores e trabalhadores de poderem tentar convencer seus colegas a
187 entrarem na greve. Assim teremos uma decisão de caráter ponderado e equilibrado, não seremos
188 unilaterais.” Com a palavra, a Profa. Zilda Marcia Gricoli Iokoi disse: “Há bastante tempo nós
189 temos discutido com nossos alunos sobre a proposta do cadeiraço, este que é uma prática muito
190 estranha da nossa escola. Outra vez iremos conversar sobre isso. Colocar cadeira no caminho
191 das pessoas resolve o quê? Eu converso isso com meus alunos e vou continuar conversando. É
192 preciso que criemos na greve um momento de discussão política, sobre organização, sobre
193 formas de atuação política. Outro dia o nosso colega Marcos Napolitano disse que não ensinava
194 a fazer greve, realmente não ensinamos, mas devemos ensinar como devemos nos comportar
195 dentro dos movimentos reivindicatórios. Acho que a alternativa para uma solução mais
196 adequada é que tenhamos de fato um conjunto de atividades que possam envolver os alunos que
197 estão em greve. Proponho que todas as atividades acadêmicas que tenham a ver com
198 democracia e estruturas de poder sejam encaminhadas como atividades de greve. Propus na
199 Adusp e vamos fazer um grande debate para pensar o que é universidade pública e democracia.
200 Outra tarefa é conversar com aqueles que não querem entrar em greve, na nossa Faculdade e em
201 outras também. Temos que nos esforçar para que não ocorra violência contra aqueles que
202 querem fazer greve. Devemos tomar cuidado dos dois lados, todas as vezes temos estes
203 problemas.” Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro de Almeida disse: “Não devemos
204 nos preocupar com o que não aconteceu ainda, apesar das experiências anteriores dizerem que

A T A S

205 há a possibilidade do cadeiraço. Devemos nos posicionar agora, apesar de ainda não ter
206 acontecido? Os estudantes quando fazem greve têm problemas com a lista de presença. Ela é
207 uma ferramenta de controle que não avalia se a pessoa está aprendendo. Vamos garantir que
208 quem quer fazer greve faça, e que quem quer assistir aula assista, mas como fica a lista de
209 presença? O aluno que assiste aula fica com presença, o grevista com falta.” Com a palavra, o
210 Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Nenhum professor aqui dá falta para o aluno quando
211 ele está em greve.” Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro de Almeida disse: “Eu sou
212 aluno e posso dizer que isso ocorre frequentemente. Caso a Congregação queira se posicionar
213 sobre a questão da greve e dos seus possíveis conflitos, ela deve convocar uma Congregação
214 aberta ou uma plenária, onde todas as pessoas interessadas possam participar. Todos os lados
215 devem se ouvir. Temos que chamar um fórum aberto no qual a pauta seja divulgada com
216 antecipação. Assim, teremos uma decisão homogênea.” Com a palavra, a aluna Jessica
217 Policastrì disse: “Gostaria que este Colegiado pensasse que sempre teremos dois lados, os que
218 querem a greve e os que a não querem. Para os professores eu não sei como funcionam as
219 sanções para quem adere e para quem não adere à greve, mas para os alunos é bem claro o que
220 acontece. Quando há professores dando aula eles continuam o calendário normalmente,
221 passando lista de presença, provas e trabalhos, e os alunos grevistas acabam saindo
222 prejudicados. Temos que garantir, fora o direito de alguns dos professores de fazer ou não
223 greve, o direito dos alunos de fazer ou não greve, pois os alunos na prática sofrem sanções,
224 principalmente se é greve estudantil, apesar de no caso atual também sofreremos sanções.” Com
225 a palavra, o Senhor Presidente disse: “Precisamos discutir sobre a criação da Comissão de
226 negociação, pois assim poderemos construir um substrato comum de atitudes que sejam claras e
227 que todos saibam seus porquês. Quando um professor cobra presença durante a greve, mesmo
228 que ele esteja revestido de legalidade, isso lhe traz consequências e implicações. Estamos em
229 situação previsível de possíveis conflitos. Quais são aqueles conflitos que poderemos gerir,
230 ainda que de forma transitória? Quando eu disse que a Congregação precisa de uma posição eu
231 quis dizer que precisamos formar uma orientação comum. As pessoas vêm a mim, como eu sou
232 o Diretor, para pedir que lhes assegure o direito de assistir aulas. Peço isso para vocês pois
233 assim eu tenho o que dizer para estas pessoas, já que o entendimento da Congregação é o que
234 deve nortear a minha ação, por mais que eu discorde ou não das suas decisões.”. Com a palavra,
235 o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “Pelo que eu entendo esta Congregação não se
236 coloca no lugar das entidades de representação das categorias que dirigem greves e protestos. A
237 nossa discussão é como garantir, tendo em conta as decisões das entidades, o convívio adequado
238 entre os membros da comunidade. Não acho que faz sentido a Comissão decidir sobre as

A T A S

239 atividades de greve, pois isso cabe às entidades. A Comissão deve fazer o esforço para que
240 coisas que aconteceram no passado não se repitam. Falar em passado quer dizer que a
241 experiência passada que tivemos nunca envolve situações de constrangimento do direito de
242 greve. A experiência traumática que tivemos atualmente é que aqueles que não quiseram aderir
243 à greve foram impedidos de fazer o que bem entendem, ou seja, não entrar em greve. Acho que
244 se for para fazer um documento ele serviria apenas para dizer que os direitos de todos devem ser
245 garantidos e o convívio da comunidade não pode ser quebrado, cabendo a criação de uma
246 Comissão para amenizar os eventuais conflitos. Sobre Violência e greve, sabemos que a greve
247 não é um fenômeno social uniforme. A greve do movimento operário é completamente diferente
248 duma greve do setor terciário, ou do setor que trabalha para o Estado. Esta diferença é
249 fundamental, e quem não faz tal distinção se equivoca. Nós não somos operários, a sala de aula
250 não é fábrica e quem dirige esta Universidade não são patrões de empresas. Temos que garantir
251 a percepção das diferenças, caso contrário não avançamos. Houve um problema de violência no
252 movimento operário, principalmente nos sindicatos dos EUA, porque os patrões contratavam
253 polícia privada para reprimir os trabalhadores, o que gerou imensa reação do movimento
254 operário nestes países. Esta situação fez o sindicato americano se unir à máfia, terceirizando a
255 sua violência e, posteriormente, a direção sindical usou desta violência para perseguir a
256 oposição, distorcendo todo o processo por ter respondido violência com violência. Quando os
257 funcionários entram em greve eles têm imediatamente os seus salários cortados, por isso eram
258 feitos fundos de greve. Na época das greves do ABC houve um movimento de solidariedade às
259 greves que resultou na constituição dum fundo de greve, pois as pessoas podiam passar fome.
260 Tais fatos geravam uma tensão em relação ao piquete, tanto que o sindicato do ABC resolveu
261 fazer greve dentro das fábricas, como a famosa greve de 1978. Na história da greve dentro do
262 setor público não há tais relatos da utilização de polícia privada nas greves. Olhando a nossa
263 experiência podemos nos antecipar e evitar o conflito nesta greve, pois o momento de greve
264 deve servir para fortalecer a solidariedade e a convivência, e não destruí-las.” Com a palavra, o
265 Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Queria reiterar que nenhum aluno que aderir à greve
266 será prejudicado. Os professores que eventualmente não queiram aderir à greve e continuem
267 dando aula para os alunos que também não querem aderir à greve devem levar em conta que o
268 aluno que aderiu deve ter algum tipo de avaliação. Caso o aluno assistiu às aulas até certo ponto
269 do curso, a avaliação deverá ter apenas a matéria que foi dada. Estas questões são claras para os
270 nossos professores. Nenhum professor da nossa Faculdade quer prejudicar os alunos que
271 aderirem à greve. Pode haver um caso ou outro de algum professor que faça o contrário, mas
272 temos que ter como direção que nenhum aluno vai ser prejudicado.” Com a palavra, a Profa.

A T A S

273 Marina de Mello e Souza disse: “É muito importante criarmos esta Comissão para dialogar,
274 evitando as situações de violência, pois agora mesmo surgiu a reivindicação dos professores
275 para que não ocorra cadeiraço, e da parte dos alunos que não ocorram faltas aos grevistas. Isso é
276 um sinal de que podemos ter o entendimento. Eu acho que estamos com a grande chance na
277 mão para conseguirmos coisas muito importantes que estamos falando há tempos, mas que não
278 houve situação propícia para carregarmos tais bandeiras. A situação do orçamento da USP é
279 crítica, contratamos muitos professores e funcionários para dar conta da EACH e de Lorena.
280 Não podemos gastar energia à toa nas nossas divergências, temos que aproveitar o momento
281 para nos unirmos e trabalharmos seriamente.” Com a palavra, o aluno Luan Diego Silva
282 Fernandes disse: “O espaço de discussão dos três setores sobre a greve tem confirmado posições
283 claras sobre a greve e o que se fazer na greve. Todos têm votado majoritariamente pela
284 paralisação e temos nos empenhado na discussão sobre as pautas e os seus métodos de greve.
285 Eu acho que esta Congregação não é o espaço mais democrático para discutir as questões de
286 método da greve, como o cadeiraço, pois não houve discussão prévia sobre o assunto. Concordo
287 com a Zilda no sentido de que deve haver mais espaços de discussão sobre os métodos de greve,
288 pois isso enriqueceria não só a democracia dentro das categorias, mas também o diálogo entre
289 os integrantes das categorias e entre as categorias. Para isso deve haver plenárias entre os três
290 setores, como foi sugerido na Última Assembleia dos Estudantes. A Congregação não é um
291 espaço democrático na visão dos alunos e dos funcionários. Eu não entendi a diferença posta
292 pelo Cícero entre nós e a classe operária, não estamos na base da produção, mas acredito que
293 não é isso que importa agora.” Com a palavra, a Funcionária Marlene Petros Angelides disse:
294 “Foi dito pelo Cícero que não temos patrões, mas temos pessoas que se comportam como
295 patrões em relação aos servidores não docentes. Como o trabalho do funcionário é muito
296 importante para todas as atividades que são realizadas na Faculdade, certamente haverá pressões
297 para que os trabalhos continuem sendo feitos, pressões declaradas ou mais sutis, seja por parte
298 de professores ou por parte das chefias de serviços. Penso que no documento que irá ser
299 aprovado pela Congregação conste claramente que nenhum funcionário será penalizado por
300 participar da greve. Para nós esta afirmação é fundamental para que os trabalhadores se sintam à
301 vontade para aderir à greve sem medo de represálias. Na greve passada fiquei sabendo que uma
302 chefia, ao receber o comunicado do seu funcionário que iria entrar de greve, respondeu que ele
303 poderia aderir a ela, mas que ele teria que aguentar as consequências.” Com a palavra, o Prof.
304 Osvaldo Luis Angel Coggiola disse: “Vou falar novamente do mesmo assunto, o que
305 normalmente não faço. Na minha outra fala eu me posicionei não como grevista ou membro da
306 Adusp, falei como membro da Congregação sobre o que eu acredito que ela deve fazer, pois

A T A S

307 estamos discutindo qual deverá ser o seu posicionamento diante da greve. Segundo, sobre o
308 pedido dos alunos de que a Congregação garanta que os professores não irão fazer nada aos
309 alunos grevistas, infelizmente não podemos fazer isso, pois não temos poder legal para tomar
310 estas providências. Caso o professor queira dar aula e reprovar os alunos, ele pode. A
311 Congregação poderá discutir tais atitudes, como já fizemos no famoso caso que digladiou a
312 Congregação e que inclusive o Diretor Adorno se manifestou dizendo que foi o dia mais triste
313 da sua carreira de docente. Temos que tomar um posicionamento que servirá apenas como
314 manifestação de sensibilidade da Congregação sobre estes tipos de problemas, mas não
315 podemos dizer o que os professores vão ou não fazer sobre coisas que ainda nem aconteceram,
316 como é o caso do cadeiraço. Acho que o documento deve ser muito bem ponderado e que ele
317 não reflita apenas sobre um dos aspectos das nossas preocupações, ele deve refletir sobre todos
318 eles. Estou de acordo com a Comissão, pois eu gostaria que a outra Comissão que a
319 Congregação porventura eleja seja composta por professores, funcionários e estudantes. Caso
320 ela seja composta apenas por professores vai parecer que nós nos consideramos os patrões, o
321 que poderá insinuar a absurda ideia de que existe luta de classes dentro da Universidade.
322 Terceiro lugar é que não devemos restringir à Comissão que ela tenha apenas a função de
323 negociar para que não haja problemas, ela deve ser mais ativa, não pode ser uma comissão de
324 bombeiros. O professor Cícero comentou sobre a história dos piquetes. Podemos fazer uma
325 discussão. Qual foi o país do mundo que teve mais piquetes ao mesmo tempo? Inglaterra depois
326 da Segunda Guerra. Como era a sua economia nesta época? 95% era nacionalizada, ou seja, a
327 greve era contra o Estado, assim como os piquetes. As máfias sindicais, como disse o Cícero,
328 nasceram nos EUA, mas agora existem em todo o mundo, inclusive no Brasil e na Argentina, e
329 elas matam gente. Posso dar exemplos atuais e próximos de nós. Temos que fazer a Comissão
330 discutir este assunto para que ela tire a famosa história dos piquetes do limbo da glorificação ou
331 da demonização. Temos que discutir sobre a violência, toda a sociedade está discutindo, polícia,
332 copa, e cabe para nós, uma Faculdade de Filosofia, discutir também estes assuntos. Temos que
333 tirar a questão da chave do maniqueísmo, não há demônios neste mundo. A realidade é
334 complexa. Temos que organizar debates e eles devem trazer a experiência dos estudantes, pois
335 assim os alunos vão aprender e, assim, iremos preencher o papel de uma Congregação de
336 professores.”. Com a palavra, a Profa. Elizabeth Harkot de La Taille disse: “Eu gostei da fala do
337 Coggiola, pois quando os professores se colocaram não houve a intenção de definir que a
338 Congregação resolveria todos os problemas do movimento e das diferentes categorias, já que
339 cada uma delas deve resolver os seus problemas nas suas assembleias. Estou na USP como
340 professora há pouco tempo, faz sete anos, mas fiz duas graduações, mestrado e doutorado aqui,

A T A S

341 e quando reingressei na USP pela docência eu fiquei boquiaberta com a violência das relações.
342 A USP de 2006 era bem diferente da USP do final do meu doutorado em 96. A violência era
343 tamanha que não havia espaço para as discordâncias, e quem discordava era imediatamente
344 carimbado de pelego ou fascista. Gostaria de pedir a reflexão para este assunto, pois grande
345 parte disso é decorrente sim dos cadeiraços e dos piquetes, eles determinam que quem não está
346 de acordo cale a boca e não esteja presente. Caso o argumento de que o cadeiraço é um
347 desrespeito à pessoa humana, ao direito de ir e vir, não seja forte o suficiente para nos
348 convencer, então eu acho que devemos levar em conta mais alguns argumentos: para quem
349 serve o cadeiraço numa época em que estamos discutindo o Estatuto? Isso esvazia a Faculdade e
350 impede a voz de quem pensa diferente, produzindo a segmentação daqueles que não querem
351 greve com aqueles que querem greve e aqueles não vão se ver representados por estes. O
352 cadeiraço vai esvaziar a discussão do Estatuto e as atividades de greve serão professores falando
353 para cadeiras vazias, aliás, nem isso, pois as salas vão estar fechadas. Temos que dar o direito à
354 voz inclusive para aqueles que pensam diferente, isso só fortalece o movimento.” Com a
355 palavra, a Profa. Elisabetta Antonietta Rita Maria Carmela Santoro disse: “Concordo com o
356 Coggiola sobre a criação duma Comissão tripartite com dois representantes de cada uma das
357 três categorias, não só com o papel de mediar os eventuais conflitos que aparecerem, mas
358 também ela deve pensar em atividades, já que temos diversas questões para serem discutidas e
359 debatidas, como vimos hoje na nossa reunião. Pensando nas especificidades das nossas greves,
360 refleti que temos três setores e que ontem cada um deles declarou greve nas suas respectivas
361 instâncias deliberativas, mas que aqui eles interagem e são dependentes uns dos outros. Portanto
362 é preciso pensarmos nas decisões coletivas e o que significa cada decisão. O professor que
363 decide não dar aula, certamente a sua aula não vai acontecer; já o aluno que quer aderir à greve
364 e decide não ir à aula não sabe o que vai acontecer. Por mais que o João Roberto diga que isso
365 nunca aconteceu aqui, sabemos que já aconteceu e que acontece. Uma ou duas vezes isso chega
366 aqui, eu mesma presenciei uma vez. O poder do professor que quer dar aula sobre os seus
367 alunos é muito forte. Quando um professor diz que não vai aderir à greve e manda um e-mail
368 aos seus alunos dizendo que vai dar aula, significa que a maioria dos alunos irá para a aula;
369 assim, mesmo os alunos que acreditam que a greve é justa acabarão indo para a aula.” Com a
370 palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro de Almeida disse: “Eu ia lembrar o caso do professor
371 Carlos Alberto, mas não é mais o caso. A Congregação se posicionou a favor dos alunos neste
372 caso porque ela entendeu que os critérios utilizados não foram claros, o que possibilitou recurso
373 dos alunos. Não dá para continuarmos fazendo a distinção entre vida política e vida acadêmica
374 como se fossem duas esferas diferentes. Os alunos que fazem greve querem assistir suas aulas,

A T A S

375 estamos numa Faculdade de Filosofia, temos amor pelo conhecimento, ninguém veio parar aqui
376 porque iria ganhar muito dinheiro com seus diplomas. Por que fazemos a greve? As atividades
377 são interrompidas para que posteriormente elas possam voltar em um contexto melhor. Como a
378 Elisabetta disse, a relação é assimétrica e temos que levar isso em conta. O cadeiraço é efeito, e
379 ele está sendo visto agora como a causa dos problemas, assim como a greve é apenas um meio
380 para conquistar algo. Por que a greve está sendo chamada? Pelo 0%. Não estamos discutindo
381 como a Universidade foi administrada nos últimos quatro anos. Ela foi administrada como uma
382 empresa e não sabemos para onde foi todo o dinheiro gasto. Esta é a causa.” Com a palavra, o
383 Senhor Presidente disse: “Gostaria que o professor Coggiola redigisse um texto para ser lido e
384 discutido ainda nesta Congregação, pois acredito que o entendimento da sua fala ao propor a
385 garantia dos direitos e a criação da Comissão durante o período de negociação é uma proposta
386 comum desta Congregação. Daremos continuidade ao expediente, posteriormente retornamos ao
387 assunto.”. 5. O Senhor Presidente passa a palavra aos seguintes membros: Com a palavra, o
388 Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria, Vice-Diretor, disse: “Vou relatar o que foi dito na
389 reunião do grupo que foi montado para estudar o uso dos espaços do prédio de
390 Geografia/História. Fizemos uma reunião com o professor Carlos Alberto de Moura Ribeiro
391 Zeron e com duas arquitetas do CPC – Centro de Preservação Cultural - infelizmente o pessoal
392 da Geografia não pode aparecer. O relato da situação do prédio é assustador e não vale a pena
393 fazer o relato dos problemas que existem e que precisariam ser resolvidos para que os alunos
394 pudessem escutar as aulas . O mais urgente é que o espaço dos alunos tem uma fiação elétrica
395 com risco de incêndio. Conversei com o Diretor sobre este problema e ele me disse que os
396 Serviços Gerais vão resolver com urgência este problema. Teremos outra reunião com as
397 pessoas da Superintendência do Espaço Físico e as arquitetas vão fazer o diagnóstico dos
398 problemas e propor soluções.” Com a palavra, a Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato,
399 representante da Congregação junto ao Conselho Universitário, disse: “Vou fazer o relato das
400 informações mais importantes da reunião do CO da última terça-feira. Na fala do Pró-Reitor de
401 Graduação, ele informou que serão oferecidos, depois da reunião de junho, novos dados sobre o
402 ingresso de estudantes oriundos da escola pública e de PPI. Ele informou sobre dois eventos
403 interessantes que acontecerão, e eles contarão com a presença dos novos professores para que se
404 discuta com eles qual Universidade eles gostariam de ter, pois muitos ingressantes não têm a
405 mesma perspectiva e concepção que os professores mais antigos possuem sobre a Universidade.
406 Devo confessar que a reunião foi bastante tensa, o que é explicável, pois a situação é muito
407 difícil e complexa. Houve fala de conselheiros com reclamações muito pertinentes, como o
408 relato do professor Luiz Silveira Menna Barreto ao expor a situação dramática da EACH, caso

A T A S

409 que exige medidas mais do que urgentes. A Reitoria precisa fazer uma política frente ao
410 Governo do Estado para que esta situação seja resolvida o mais rápido possível. O professor
411 cobrou que o Reitor tomasse as medidas necessárias com urgência, e o Reitor disse que foram
412 tomadas todas as providências na medida do possível. Porém, eu acho que ele precisava fazer
413 até o impossível. O professor Jefferson Antônio Galves do IME fez uma autocrítica muito
414 interessante em relação ao antigo CO que não acompanhou o processo orçamentário como
415 deveria ter feito, ou seja, sem se perguntar quanto e como estavam sendo gastos os recursos da
416 USP. Ele afirmou ter expectativas de que providências tenham sido tomadas nestes 100 dias da
417 nova gestão da Reitoria para que ela pudesse averiguar com clareza e transparência o atual
418 rombo do orçamento. Houve representantes de alunos e funcionários que cobraram a reitoria
419 face às denúncias de que o Governo do Estado deixou de passar recursos para as Universidades
420 e que havia erro nos cálculos adotados pela Adusp. O Reitor se mostrou favorável às cobranças
421 e disse que pretendia tomar algumas atitudes. O professor Carlos Martins, Coordenador da
422 Comissão responsável pelas discussões da reforma do estatuto, fez menção às acusações da
423 imprensa sobre os super salários. Achei oportuna a fala do professor porque ele lembrou a
424 vassoura do Jânio Quadros e os marajás do Collor, e o resultado que estas limpezas tiveram
425 nestas duas situações. Ele reafirmou o que foi publicado no boletim da Adusp, ou seja, os
426 salários dos professores e funcionários não podem ser bodes expiatórios da crise, aplacando a
427 ira dos Deuses. Assim, ele disse que é preciso trabalho e ações para recuperar e superar a crise.
428 Todas as reivindicações devem ser apresentadas com transparência em relação ao orçamento e à
429 reforma estatutária. Ele também fez menção ao mal estar em relação ao que aconteceu na gestão
430 passada, e disse esperar esclarecimento sobre o que será feito sobre os desmandos da gestão
431 anterior. Tivemos muitos pronunciamentos de insatisfação. Outra informação importante é que
432 a Comissão de Avaliação da Progressão da Carreira, como disse a presidente transitória Maria
433 Angela Faggin Pereira Leite da FAU, está na quarta etapa, já parcialmente cumprida e com
434 notificação no Diário Oficial daqueles que foram contemplados por ela. Tivemos duas posições
435 a respeito da progressão: diante da crise, deveria haver a interrupção da quarta etapa; ou
436 continuidade da avaliação, e foi esta que venceu a posterior votação. Eu acho que seria muito
437 ruim, até mesmo irresponsável, parar no meio da avaliação, pois alguns já foram contemplados.
438 Também foi votado se depois desta quarta avaliação seria feita uma interrupção para avaliação
439 do processo de avaliação e da própria questão da carreira. Foi informada a criação da Comissão
440 de Revisão do Regime de Trabalho, como disse o Sergio, com a tarefa de rever a estrutura da
441 carreira, já que devemos levar em conta o reconhecimento da enorme diversidade das áreas e do
442 perfil dos docentes. Até pensamos na possibilidade de termos a divisão da carreira em 1, 2, 3,

A T A S

443 etc., com uma avaliação na progressão e de qual forma seria feita a avaliação. O professor
444 Ricardo Terra é o presidente desta Comissão. Há várias outras subcomissões, e a nossa
445 representante é a professora Esmeralda. Gostaria de me despedir desta Congregação e eu
446 lamento estar me retirando neste momento muito difícil. Gostaria de fazer um apelo para que os
447 ânimos se acalmem para que exista a possibilidade do diálogo e que assim não atrapalhem a
448 greve e a possibilidade de revermos o estatuto. Não podemos perder esta oportunidade porque
449 ela poderá ser muito gratificante.”. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Gostaria de
450 agradecer a colega pelos anos de dedicação à Universidade como docente exemplar, pela
451 contribuição na gestão acadêmica e pela formação de alunos, muitos dos quais se transformaram
452 em nossos colegas aqui na Faculdade. Gostaria de dizer que nós nos espelhamos no seu
453 exemplo. Muito obrigado. Sobre a reunião do CO, gostaria de comentar sobre os dois recursos
454 que foram apresentados nesta Congregação e que foram negados por nós. O primeiro foi do
455 Prof. Ricardo Felício ao questionar a composição da sua banca de livre docência; o CO acatou a
456 nossa decisão e manteve a negativa do recurso. O outro caso foi sobre o concurso de ingresso na
457 carreira da área Geografia, na qual uma candidata contestou o julgamento do concurso, pelo fato
458 dela não poder ter consultado o material que ela trouxe para a prova porque havia anotações
459 próprias no material bibliográfico; o CO manteve a nossa decisão. Para minha grande satisfação
460 em ambos os casos a Procuradoria Geral referendou praticamente todo o parecer dos
461 pareceristas da nossa Congregação.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Sylvia Bassetto, Presidente
462 da CG, disse: “Eu gostaria de destacar um ponto que foi muito discutido no CoG e na CCV, a
463 questão da EACH, como já foi dito pela Maria Helena, e a questão da nossa relação com as
464 Universidades com as quais temos convênios, inclusive o Pró-Reitor pediu um levantamento e
465 uma identificação mais clara destas relações, sobretudo pela rejeição que estamos tendo aos
466 diplomas. Por conta da regulamentação que a Pró-Reitoria fez dos 70% da carga horária, nós
467 não estamos revalidando diplomas. A reunião do CoG foi praticamente só para discutir estas
468 coisas. Vários processos foram retirados de pauta para repensarmos a maneira como estamos
469 abordando os diplomas, sobretudo das Universidades com as quais temos convênios. Estamos
470 rejeitando por conta de mantermos 70% da carga horária, mas algumas das melhores
471 Universidades do mundo possuem 2 horas aula e 8 horas de estudo, e nós contamos apenas a
472 hora aula. Estamos caminhando para a autonomia das Unidades, o que vai ajudar a mexer nos
473 nossos programas e cursos. Estão tomando algumas decisões, na CCV e no CoG, para
474 estabelecer a maneira como vai ser feita a autonomia, ou seja, as mudanças curriculares vão se
475 esgotar nas próprias Unidades e os órgãos superiores serão meros ratificadores das questões que
476 as Unidades colocarem.” Com a palavra, o Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva, Presidente da

A T A S

477 CPG, disse: “Gostaria de me associar aos demais colegas no cumprimento à professora
478 Capelatto, ela que é minha colega de Departamento e que foi tão importante para a minha
479 formação acadêmica. A CPG se reuniu e discutiu amplamente a situação gerada com os
480 resultados da avaliação CAPES. Eu trago a síntese das discussões. Teremos a ocasião de
481 solicitar uma reunião extraordinária para podermos detalhar algumas destas ações. No nível
482 gerencial, a questão mais urgente é sobre a secretaria, principalmente os Departamentos de
483 Letras Modernas e o de Letras Clássicas e Vernáculas, pois cada um deles concentra 6
484 programas de pós-graduação e possui, cada um, apenas dois funcionários. A situação do resto
485 da Faculdade é boa, mas a destes dois Departamentos é realmente complicada. Conversei com o
486 professor Sergio e ele foi bastante atento às questões colocadas e, assim, estamos encaminhando
487 uma solução para curto prazo. A médio e longo prazo, acreditamos que a única solução é a
488 criação de uma secretaria de Pós-Graduação, o que não é possível tendo em vista a atual
489 situação orçamentária da Universidade. Temos que atuar de modo a agir frente a estes dois nós
490 existentes. No âmbito da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, a CPG colocou que as demandas da
491 Unidade junto às Agências de Fomento, sobretudo a CAPES, sejam ouvidas pela Pró-Reitoria
492 de Pós-Graduação, assim, ela seria uma mediadora eficaz da nossa relação com as agências, e,
493 por outro lado, que ela nos ajude a vencer os problemas que estamos atravessando com os
494 sistemas de informática. A plataforma Sucupira é o novo sistema de introdução de dados, o que
495 vem causando problemas pois ela não dialoga com o nosso sistema de informática. As equipes
496 de informática da Reitoria estão tentando resolver este problema e nós esperamos marcar uma
497 reunião com eles para que haja treinamento da nossa equipe, coordenadores e secretários dos
498 programas. Foi falado também sobre o papel da própria CPG, e é importante lembrar que
499 segundo o novo regimento ela não possui poder de veto ou de intervenção. Alguns colegas e
500 coordenadores pedem uma atuação mais efetiva da CPG e pela discussão que fizemos ficou
501 claro que a atuação mais ativa está no nível que não é o da intervenção ou da ingerência, ela está
502 no papel de coordenação dos programas. A CPG pode e deve ter visão ampla a respeito da
503 situação da Unidade e isso significa transformar a CPG em espaço de discussão e deliberação
504 sobre estas questões. Então decidimos que as reuniões da CPG terão metade do seu tempo
505 dedicado às discussões sobre as políticas da pós-graduação na nossa Unidade, o que nos ajudará
506 a romper um pouco a sistemática da atuação burocrática, ela que é importante, mas não é
507 exclusiva. No caso das áreas, foi constatada a necessidade que nós, como USP, tenhamos uma
508 atuação mais eficaz. O caso concreto é a participação dos coordenadores de Letras na reunião de
509 área que acontecerá em Florianópolis. Devido aos problemas orçamentários, nem todos os
510 programas estavam em condições de pagar a passagem. Conversei com o professor Sergio e ele

A T A S

511 gentilmente colocou os recursos da Unidade a serviço dos programas, e todos os coordenadores
512 de Letras poderão participar da reunião de Florianópolis. Vemos o comprometimento da
513 Diretoria com as demandas da pós-graduação. Outra coisa sobre a CAPES e que o que ela mais
514 tem nos cobrado ao longo dos últimos três anos foi a internacionalização, apesar de não haver
515 no relatório CAPES nada específico a isso, ou seja, há problemas e ineficiências da avaliação
516 que esperamos que sejam corrigidos. Para isso é preciso que cada área atue politicamente para
517 colocar estes tipos de problemas em seus espaços respectivos. É evidente que precisamos
518 refletir sobre a nossa própria gestão da pós-graduação, por isso, foi consenso que era necessário
519 fazer o dever de casa e, assim, identificamos alguns nós dentro dos nossos regulamentos. Um
520 deles é a falta de políticas editoriais efetivas que incentivem alunos e docentes à publicação.
521 Alguns programas o possuem, outros não. Foi colocada a necessidade da criação de comissões
522 editoriais em todos os programas da nossa Unidade com o intuito de apoiar a produção docente.
523 Temos também o problema da integração com a graduação, e isso foi apontado por todos os
524 programas da pós da nossa Unidade. Isso precisa ser trabalhado. De 2012 a 2013 tivemos, no
525 meu programa especificamente, a redução de 1/3 da solicitação de bolsas Pibic, sendo que
526 apenas 1/3 do programa orienta iniciação científica. Conversei com a professora Ana Paula
527 Magalhães, ela compareceu na reunião da CPG, e ela deu a boa notícia de que tivemos aumento
528 significativo no número de demanda de bolsas do nosso programa. Esperamos que isso aconteça
529 também em outros programas. Além disso, também nas publicações de discentes, pois temos
530 condições de apoiar isso. Por último, a crise que vivemos é resultado do esvaziamento da esfera
531 pública. Todos os programas de pós graduação funcionam com reuniões que reúnem
532 dificilmente mais de 10% do corpo docente. Eu falo pelo meu programa que tem 72 professores
533 e a nossa média de participação é de 7 por reunião. A reunião mais ampla que tivemos contou
534 com apenas 15 professores. Independentemente das medidas que tomarmos, nada disso vai
535 funcionar se não houver compreensão de que a pós-graduação é patrimônio comum e ela
536 pertence a todos nós, não é monopólio de alguma coordenação ou CCP. Nos parece que a
537 recomposição do espaço público é condição para todo o resto. Precisamos de um corpo docente
538 engajado para avançar na definição de políticas e na execução das normas. Gostaríamos de
539 solicitar à Direção uma reunião extraordinária no segundo semestre, na qual poderemos discutir
540 isso de modo mais detalhado.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Ana Paula Magalhães, Vice-
541 Presidente da CPq, disse: “O primeiro informe é sobre a iniciação científica. Tivemos trezentos
542 e três pedidos classificados para a seleção e concessão de bolsas da CNPq, Reitoria, FFLCH e
543 Santander. Estes pedidos agora vão seguir para a Pró-Reitoria de Pesquisa. O professor João
544 Paulo Veiga se comprometeu a enviar e-mail à Comissão de Orçamento solicitando a

A T A S

545 manutenção do número de sessenta bolsas para a nossa Faculdade. O segundo informe é sobre a
546 Comissão de Ética e Pesquisa. No dia 5 de junho haverá reunião do grupo executivo que fará a
547 elaboração de um código para a criação da Comissão de Ética e Pesquisa no âmbito da nossa
548 Faculdade. Neste interim está em análise a documentação referente à pesquisa de um aluno de
549 Harvard, Seth Soderberg, sobre a representação dos evangélicos no Congresso Nacional. Para a
550 pesquisa é necessária uma série de questionários e uma interação por uma série de entrevistas. A
551 primeira demanda que recebemos na Comissão de Pesquisa (nós ainda não temos um comitê ou
552 código constituídos) estamos processando pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de
553 Psicologia. Nossa ideia é treinarmos até o dia 5, trabalhando o conteúdo deste processo, a fim
554 de treinar os meios para lidar com demandas deste tipo, estabelecendo então as nossas
555 prioridades no tema da ética na pesquisa, apontando para soluções e aspectos que devem ser
556 considerados na própria elaboração do Código e para a atuação da futura Comissão da
557 Faculdade.” Com a palavra, a Funcionária Marlene Petros Angelides, expediente da bancada
558 dos servidores não docentes, disse: “Fizemos uma grande Assembleia ontem, segundo o
559 Sindicato com a presença de 2 mil pessoas. Dentre as deliberações mais importantes, como
560 atividade de greve, a ida à Assembleia Pública no dia 27 na Assembleia Legislativa que vai
561 discutir a crise financeira das Universidades Estaduais de São Paulo. Estou passando esta
562 informação no sentido de enfatizar a importância desta audiência, e a importância da presença
563 maciça de professores, funcionários e alunos. Um funcionário fez o levantamento de relatórios
564 do VREA que é o setor financeiro da Universidade. Nestes números oficiais de arrecadação do
565 ICMS e o seu repasse à USP, consta que em 2014 o comprometimento com a folha de
566 pagamento é de 83,3%. Os dados são do site oficial. Eu não comparei estes dados com os dados
567 que foram disponibilizados pelo Reitor, mas eu estou citando pois acho importante para os
568 curiosos, professores e estudantes. Temos razão de sobra para o movimento de protesto e de
569 exigência de tratamento diferente por parte da Reitoria a todos. Uma das informações dadas
570 pela imprensa é que o salário médio dos funcionários da USP é de R\$ 8.300, nós passamos de
571 R\$4.700 para R\$ 8.300 em 2014. Isso é uma mentira. No caso dos professores o salário médio
572 seria de R\$13.500, e antes era de R\$ 9.500. É com base nestas informações que se formam as
573 opiniões contrárias a qualquer movimento que façamos, no sentido de nos impedir que sejamos
574 nós os penalizados pelos desmandos praticados na gestão passada, ela que teve a participação
575 do atual Reitor. A própria “Folha” divulga o seguinte: na página Educação do último dia 19, foi
576 dito que o atual Reitor deu aval para o aumento de gastos na Universidade e eles afirmam ter
577 documentos que comprovam isso. É necessário que contestemos isso. Quero comentar uma
578 informação que não foi apresentada hoje pelo presidente de Cultura e Extensão, sobre a

A T A S

579 descentralização deste setor. Vários funcionários me procuraram dizendo que o serviço está
580 sendo descentralização, mas o número de funcionários no departamento continua o mesmo.
581 Além do trabalho de rotina, os funcionários deste Departamento e dos Centros terão que fazer a
582 divulgação, as inscrições, cuidar de todo processo e dos certificados dos cursos da extensão. Eu
583 não sei se a questão foi discutida na Faculdade.”. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Eu
584 não tenho relatos se houve discussão dentro da Comissão de Cultura e Extensão.” Com a
585 palavra, a Funcionária Marlene Petros Angelides disse: “Soltaram esta circular, assinada pelo
586 professor Moacyr, com esta informação, sem qualquer conversa anterior com os funcionários
587 responsáveis por estas tarefas. Não seriam necessários mais funcionários quando o serviço
588 aumenta? No Centro que eu trabalho sou eu que faço a divulgação, inscrevo e faço certificado.
589 Agora, num Departamento que já possui diversas atividades de graduação e pós-graduação,
590 mais uma tarefa como esta que não é pequena, deveria ter havido uma conversa com aqueles
591 que vão fazer este trabalho. Deixo o pedido para que se rediscuta esta questão.” Com a palavra,
592 a Profa. Esmeralda Vailati Negrão disse: “Sou representante do DL na Comissão de Cultura e
593 Extensão. Gostaria de dar o meu entendimento do que aconteceu na reunião. O que o professor
594 Moacyr e a Comissão decidiram é que todo o serviço de prestação de contas é feito na Unidade
595 e, pelo que parece, conferido pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, ou seja, há duplicação. A
596 Leo pode dar melhor a informação. Quando a verba para todas as atividades é repassada pela
597 Pró-Reitoria para a Faculdade, esta utiliza a verba, o professor faz a prestação de contas, a
598 contabilidade revê e faz a prestação de contas, e quando chega na Pró-Reitoria o Diretor do
599 Setor Financeiro faz toda a revisão novamente, ou seja, coloca em investigação um trabalho que
600 já foi feito pelas Unidades. Foi esta a etapa que discutimos para que ela seja retirada, pois uma
601 vez que o trabalho é feito nas Unidades, a Reitoria deve apenas cancelar, confiando no
602 trabalho que é feito nas Unidades. Foi este o meu entendimento da reunião, e foi isso que
603 aprovamos e que está no documento encaminhado pelo Moacyr para as seções. A outra questão
604 é sobre algumas atividades, como congressos e eventos organizados pelos diversos
605 Departamentos. Alguns deles vêm com o pedido para a Comissão de Cultura e Extensão e aí o
606 trabalho é todo feito por ela, mas outros não. Esta decisão foi tomada para que a Comissão
607 tenha registro dos eventos de Cultura e Extensão, mas isso não está sendo feito de modo
608 sistemático. A decisão que a Comissão tomou foi que os Departamentos fariam os seus eventos,
609 e caso eles precisem da ajuda da Comissão, eles devem solicitar que ela faça o evento e que a
610 informação seja coletada de tempos em tempos com os funcionários de cada Departamento pela
611 Cris, acompanhada do professor. Por exemplo, caso a Cris vá à Linguística, eu terei que ir com
612 ela coletar as informações do DL para que a Comissão tenha estas informações para os seus

A T A S

613 relatórios. Ficou resguardado que se o Departamento não tiver condições de arcar com a
614 confecção de certificados ou se ele quiser o certificado da Comissão e não o certificado do chefe
615 do Departamento, deve solicitar pois a Comissão irá fazer. Estas foram as decisões tomadas na
616 reunião.” Com a palavra, a Funcionária Marlene Petros Angelides disse: “No ofício está dito o
617 seguinte: ‘cada Departamento e cada Centro será responsável pela promoção dos seus eventos
618 culturais, decisão de mérito, divulgação, recepção de inscrições e controle de frequência. Caso o
619 Departamento ou Centro queira que o certificado seja assinado pelo presidente da CCEX ou do
620 Diretor da Faculdade, basta que o respectivo chefe de Departamento ou Centro solicite à
621 Comissão no Serviço de Cultura e Extensão Universitária’. Isso é sobre a assinatura, e não dos
622 certificados. Acho que precisaria ter uma conversa antes com as pessoas para saber da
623 possibilidade de isso ser feito pelos próprios funcionários do Departamento.” Com a palavra, a
624 Profa. Esmeralda Vailati Negrão disse: “Temos que pensar na situação da secretaria da CCEX
625 que conta com poucos funcionários para cuidar de todos os eventos da Faculdade inteira. Em
626 segundo lugar, a maioria dos eventos já é feita diretamente nos Departamentos. São poucas as
627 coisas que chegam à Comissão. Marlene, podemos rediscutir com as pessoas que foram até você
628 e disseram que ficarão sobrecarregados.”. Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro de
629 Almeida, expediente da bancada dos discentes, disse: “Encaminho à mesa a solicitação de que a
630 Congregação autorize a entrada de um estudante do curso de Filosofia com o único intuito de
631 fazer um relato da reunião. Em outras Congregações ficou claro que o registro precisa ser
632 manual, mas a fim de nos organizarmos melhor, solicitamos a permissão da entrada do aluno e
633 ele não terá direito a voto.” Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Vou ler o documento
634 enviado à mesa: ‘Ofício CAELL/023/2014. São Paulo, 22 de maio de 2014. À Congregação da
635 FFLCH. Assunto: Pedido de autorização para entrada de RD relator de Filosofia nas próximas
636 reuniões. Senhores, peço a V. Sas. que analisem e considerem votar o presente pedido de
637 autorização para entrada de RD relator de Filosofia nas próximas reuniões da Congregação’, ou
638 seja, este assunto deve entrar na pauta, mas ele está no expediente. Continuo: ‘levando em conta
639 os fatos que relato a seguir: por desconhecimento do que consta do artigo 45, parágrafo 8 do
640 Estatuto Geral da USP, o alunato de Letras havia entendido que era possível eleger, em
641 Assembleia, um membro relator provisório junto aos RDs titular e suplente, também
642 provisórios. Como somos muitos, 4.389 (quatro mil trezentos e oitenta nove) matriculados
643 atualmente na Graduação em Letras, de acordo com dado de 20 de maio de 2014 provido ao
644 CAELL pela Seção de Alunos, ponderamos que seria de valor para o curso e entre os próprios
645 RDs haver dois estudantes sempre presentes nas reuniões da Congregação, que são longas e
646 trabalhosas. Este membro relator não teria direito a voto, e compareceria às sessões para

A T A S

647 simplesmente auxiliar com ata. Sabendo da circunstância política e estatutária que faculta
648 inviabilização de deliberações em caso de irregularidade no quórum, proponho que este
649 membro relator se sente na primeira fila das bancadas em todas as reuniões, permanecendo
650 visível à mesa todo o tempo, para que fique assegurada sua não-participação nas votações.
651 Nestes termos, rogo por sua apreciação e possível deliberação relativa a este pedido.
652 Atenciosamente, Joyce Mattos. Representante Discente de Letras, Titular (provisória).
653 Representante do Centro Acadêmico de Estudos Linguísticos e Literários Gestão Ruído Rosa
654 2014.'. Em primeiro lugar preciso consultar a Congregação se eu posso colocar este item na
655 pauta.". Após votação, a Congregação **APROVOU** que o assunto seja discutido na pauta. Com
656 a palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro de Almeida disse: "O curso de Filosofia passou por
657 processo igual a este, só não escrevemos um ofício neste formato, mas fizemos a mesma coisa
658 com o intuito de organizar as informações. Como expediente dos estudantes, os alunos de
659 filosofia manifestaram descontentamento geral com a pressa com que as questões da reforma
660 estatutária foram colocadas, exatamente os pontos 1, 2 e 3 do documento 'Reforma estatutária,
661 governança e poder'. Duas questões foram colocadas e que eu vou repassar: não está claro como
662 o processo será conduzido a partir destas reuniões, plenárias e debates. Também não está claro o
663 que o CO do dia 03 de junho vai fazer exatamente. Não será CO deliberativo? Não está claro.
664 Pedimos esclarecimentos sobre isso." Com a palavra, o Senhor Presidente disse: "Como sou
665 membro da CAECO, posso responder. No primeiro momento, como foi dito, os fóruns não terão
666 caráter deliberativo, eles servirão para recolher os diferentes pontos de vista sobre os temas em
667 questão. A CAECO irá organizar o conjunto de temas que forem discutidos. O que o CO vai
668 fazer é examinar o trabalho que a CAECO fez em termo de organização, e ele vai dizer se o
669 trabalho da CAECO foi ou não bem feito, ou se continua nestes moldes ou não. O caráter
670 deliberativo começa a partir de outubro.". Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro de
671 Almeida disse: "Foi colocado pelos estudantes de filosofia que a sistematização já é um
672 processo de deliberação, pois se coloca uma proposta em detrimento da outra, ou ao dar uma
673 redação em detrimento de outra. As propostas devem estar disponíveis para o público
674 independentemente dos trabalhos de sistematização." Com a palavra, o Senhor Presidente disse:
675 "Elas estarão, a CAECO tem um site que já deve estar entrando no ar. Tudo o que é discutido e
676 as atas da CAECO estarão lá." Com a palavra, a aluna Jessica Policastri disse: "Tivemos
677 Assembleia de Letras na última semana e uma das deliberações foi a confecção de uma carta
678 para ser lida na Congregação. Vou lê-la sucintamente, pois é pequena: 'Venho, como RD
679 suplente de Letras, eleita para mandato provisório, trazer os pontos levantados pelos estudantes
680 em Assembleia de 20 de maio, terça-feira, para uma brevíssima carta a esta Congregação.

A T A S

681 Ressalto que o faço em cumprimento de minha função, o que não significa que concordo, como
682 aluna, com a colocação ou com o tom de todas as pautas que elencarei a seguir. Foram
683 relacionados os seguintes pontos de reivindicação concernentes ao Curso de Letras diretamente;
684 são seis: 1) Mais contratação de professores; 2) Volta do gatilho automático; 3) Possibilidade de
685 revitalização do espaço estudantil; 4) Não ao corte das bolsas de Extensão e Pesquisa; 5) Fim do
686 ranqueamento; 6) Não-instalação de câmeras. Por fim, pontos de reivindicação concernentes
687 tanto ao Curso de Letras quanto à Universidade em geral; são cinco: 1) Construção de creches
688 para funcionárias, estudantes e terceirizadas com filhos; 2) Abertura das contas da USP e das
689 fundações, com o estabelecimento de uma Comissão Tripartite (composta de funcionários,
690 docentes e alunos) para investigação destas mesmas contas; 3) Perante os resultados da
691 investigação levada a cabo pela Comissão ora referida, tendo esta concluído que de fato falta
692 dinheiro para a USP, já que não sabemos se é realmente o caso, encaminhamento de pedido de
693 mais verbas para as universidades estaduais paulistas, sob o controle de quem trabalha,
694 pesquisa, ensina e estuda; 4) Frente à informação (não-verificada) de que supostamente o
695 Departamento de Antropologia da FFLCH tem política de cotas para estudantes de pós-
696 graduação, discussão da coerência disto no âmbito da unidade como um todo, no que tange
697 especialmente à graduação; 5) Devolução dos blocos K e L. Concluída a leitura destes pontos
698 que integrarão a carta brevíssima a ser entregue à Congregação em oportunidade próxima, volto
699 a frisar que, como RD, é minha obrigação trazer as aprovações e deliberações das Assembleias
700 de Estudantes ao órgão colegiado, não significando que como aluna, individualmente, eu tenha
701 acordo com todas elas. Fechando minha fala na presente sessão, informo que o Curso de Letras
702 apoia as manifestações dos professores em sentido amplo, respeitando as decisões de cada
703 docente, sejam elas quais forem. Agradeço pela atenção e deixo votos de que tenhamos
704 tranquilidade diante da dura situação que viveremos nos próximos meses. Obrigada.’” Com a
705 palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro de Almeida disse: “Um recado breve, os funcionários
706 da Unicamp vão entrar em greve amanhã.” Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Eu vou
707 ler o documento produzido pelo professor Coggiola: “NOTA DA CONGREGAÇÃO. A
708 Congregação da FFLCH, reunida em 22 de maio de 2014, diante da anunciada greve por tempo
709 indeterminado de funcionários, alunos e professores, decidiu posicionar-se e adotar uma série de
710 providências. A greve é, pela sua própria natureza, um acontecimento de caráter conflitivo. À
711 Congregação cabe velar e zelar para que essa natural conflitividade não se transforme em um
712 fator de desagregação do convívio civilizado e democrático entre segmentos e membros da
713 comunidade universitária. Com essa base, a Congregação apela à consciência de todos os
714 membros da comunidade da FFLCH para que, durante o transcurso do movimento paredista,

A T A S

715 não sejam adotadas atitudes que impliquem em constrangimentos ou violência física contra
716 quem quer que seja por causa de seu posicionamento perante a greve. Pelo mesmo motivo,
717 apela também para que nenhuma sanção de ordem acadêmica ou trabalhista seja adotada contra
718 qualquer membro da comunidade da FFLCH que atue ou se manifeste em função de seu
719 exercício do legítimo direito de greve. Para encaminhar a solução de quaisquer divergências que
720 venham a se produzir, dentro dos parâmetros democráticos e civilizados, a Congregação decide
721 também nomear uma Comissão de discussão e mediação, composta por docentes, estudantes e
722 funcionários. O poder dessa Comissão será de caráter indicativo, simbólico e moral, mas poderá
723 requerer um espaço específico para informes ou sugestões na Congregação ou na Plenária da
724 Faculdade. Ela poderá também propor discussões de caráter mais amplo, abertos a toda a
725 comunidade FFLCH, sobre situações de caráter específico, ou mesmo debates abertos de caráter
726 mais geral dentro de um marco acadêmico. A Congregação é ciente dos motivos objetivos que
727 levaram ao movimento grevista, bem como do caráter conflitivo e apaixonado das divergências
728 que esse tipo de ação suscita, e pretende atuar no seu decorrer de modo ponderado, em defesa
729 das normas e princípios éticos que devem presidir todas as condutas e relações dentro de uma
730 universidade pública.’” Após votação, o documento foi **APROVADO**. Com a palavra, o Prof.
731 Oswaldo Luis Angel Coggiola disse: “A Comissão não vai votar nada, ela vai se limitar a mediar
732 e, eventualmente, a mediar. Nada será votado. Pela minha experiência em comissões, como esta
733 comissão não vota, acho que não tem porque ela funcionar com 18 membros, a menos que ela
734 funcione por períodos. Com a palavra, a funcionária Marie Marcia Pedroso disse: “A Casa de
735 Cultura Japonesa não é Unidade acadêmica, ela é de pesquisa e tem corpo administrativo. Em
736 outras greves recorreram a ela para apagar incêndio de outros prédios que tiveram cadeiraço.
737 Talvez devêssemos ter a presença de um membro deste prédio.”. Após votação, foi
738 **APROVADO** que a Comissão será constituída por representantes das três categorias, na
739 quantidade de dois representantes de cada categoria por prédio didático; os representantes dos
740 alunos e dos funcionários serão encaminhados posteriormente; HISTÓRIA E GEOGRAFIA:
741 Profas. Zilda Iokoi e Marina de Melo e Souza, LETRAS: Profa. Sandra Nitrini e Marilza de
742 Oliveira, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: a ser indicado pelos chefes dos Departamentos.
743 **II - ORDEM DO DIA 1 - QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA 1.1 -**
744 **CARGOS DE PROFESSOR TITULAR - pedidos de manutenção - Prot. 14.5.281.8.8. O DLCV**
745 **solicita MANUTENÇÃO de um cargo de TITULAR, vago em decorrência da aposentadoria do**
746 **Prof. Dr. Benjamin Abdala Júnior. Após votação, o pedido foi APROVADO. 1.2 - O**
747 **DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA SOLICITA CONCESSÃO DO TÍTULO DE**
748 **PROFESSOR EMÉRITO DA FACULDADE AO PROF. DR. JOSÉ JOBSON DE ANDRADE**

A T A S

749 ARRUDA (LEMBRANDO QUE ESTE ITEM SÓ PODERÁ SER VOTADO, SE HOVER,
750 NO MÍNIMO 70 MEMBROS PARA ATENDER AO DISPOSTO NO Artigo 93 do
751 ESTATUTO DA USP: " – A Universidade e as Unidades poderão conceder o título de
752 Professor Emérito a seus professores aposentados que se hajam distinguido por atividades
753 didáticas e de pesquisa ou contribuído, de modo notável, para o progresso da Universidade" E
754 "Parágrafo único – A concessão do título dependerá de aprovação de dois terços,
755 respectivamente, dos componentes do Conselho Universitário ou das Congregações"). Tendo
756 em vista que não foi atingido o quórum mínimo para a votação, **o Diretor retirou o item de**
757 **pauta.** Nesta sessão compareceram 51 membros. 2 - INGRESSO NO PROGRAMA DE
758 PROFESSOR SÊNIOR (votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque) 2.1 - O
759 Professor Doutor PAULO EDUARDO ARANTES encaminha pedido para participação no
760 Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia. - Proc. 14.1.1823.8.1. Após
761 votação, o pedido foi **APROVADO.** 3 - RELATÓRIO FINAL - CONCURSO DOCENTE
762 (VOTAÇÃO SISTEMA) 3.1 - CONCURSO – DOUTOR 3.1.1 - DEPARTAMENTO DE
763 LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS. ÁREA: LITERATURA BRASILEIRA.
764 CANDIDATO APROVADO E INDICADO: FÁBIO CÉSAR ALVES. REALIZAÇÃO: 05 a
765 08 de maio de 2014. Processos: 13.1.1597.8.0 e 14.1.1959.8.0. Após votação, o relatório foi
766 **APROVADO** com 37 votos favoráveis. 3.1.2 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA.
767 DISCIPLINA: INSTITUIÇÕES E POLÍTICA COMPARADA. CANDIDATO APROVADO E
768 INDICADO: GLAUCO PERES DA SILVA. REALIZAÇÃO: 13 a 16 de maio de 2014.
769 Processo: 13.1.5089.8.0. Após votação, o relatório foi **APROVADO** com 37 votos favoráveis.
770 4 - COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CONVÊNIOS E CO-ORIENTAÇÃO
771 INTERNACIONAL - DUPLA TITULAÇÃO ACADÊMICA - votação aberta 4.1 - Pedido do
772 Senhor CRAIG WILLIAN SCHUETZE, aluno externo, referente ao Convênio Acadêmico de
773 co-orientação Internacional (DUPLA TITULAÇÃO ACADÊMICA) no Programa de Pós-
774 Graduação em Antropologia Social e University of Califórnia Santa Cruz, (doc. E-convênios
775 32281). Após votação, o pedido foi **APROVADO.** 4.2 - Pedido do Senhor CONRADO
776 AUGUSTO BARBOSA FOGAGNOLI, aluno USP, referente ao Convênio Acadêmico de co-
777 orientação Internacional (DUPLA TITULAÇÃO ACADÊMICA) no Programa de Pós-
778 Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada e Université Sorbonne Nouvelle, (doc.
779 E-convênios 21472). Após votação, o pedido foi **APROVADO.** 5 - CONCURSO DOCENTE -
780 EXAME FORMAL DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELOS CANDIDATOS NO
781 ATO DA INSCRIÇÃO PARA CONCURSO DOCENTE, ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM
782 CONCURSO E COMISSÃO JULGADORA (Votação Sistema) 5.1 - CONCURSO - TITULAR

A T A S

783 5.1.1 - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÕES - 14.5.271.8.2. DEPARTAMENTO - LETRAS
 784 MODERNAS ÁREA: LÍNGUA ESPANHOLA E LITERATURAS ESPANHOLA E
 785 HISPANO-AMERICANA. DISCIPLINA: LITERATURA ESPANHOLA. PARECER
 786 FAVORÁVEL À INSCRIÇÃO DA CANDIDATA ABAIXO RELACIONADA: Relator: Prof.
 787 Dr. Brasília João Sallum Junior. CANDIDATA: PROFESSORA DOUTORA MARIA
 788 AUGUSTA DA COSTA VIEIRA. Após votação, a inscrição foi **APROVADA** com 38 votos
 789 favoráveis. 5.1.2 - COMISSÃO JULGADORA SUGERIDA PELO DLM: TITULARES: Profs.
 790 Drs. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC-FFLCH, Titular) = 30 votos, Berta Waldman (DLO-
 791 FFLCH, Titular, aposentada) = 31 votos, Francisco Foot Hardman (UNICAMP, Titular) = 33
 792 votos, Jacyntho José Lins Brandão (UFMG, Titular) = 31 votos e Maria Célia de Moraes Leonel
 793 (UNESP - Araraquara, Titular) = 30 votos. SUPLENTE: Profs. Drs. João Adolfo Hansen
 794 (DLCV-FFLCH, Titular) = 5 votos , Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos (DLM-FFLCH,
 795 Titular) = 2 votos, Maria Lucia Dal Farra (UFS, Titular) = 2 votos, Antonio Alcir Bernardez
 796 Pécora (UNICAMP, Titular) = 5 votos e Suzi Frankl Sperber (UNICAMP, Titular) = 1 voto. 6 -
 797 ABERTURA DE EDITAL - CONCURSO DOCENTE - PROFESSOR DOUTOR (votação
 798 aberta) 6.1 - DEPARTAMENTO – ANTROPOLOGIA. ÁREA - ANTROPOLOGIA DAS
 799 POPULAÇÕES AFRICANAS E AFRO BRASILEIRAS/TEORIA ANTROPOLÓGICA. Proc.
 800 13.1.1729.8.4. CARGO: 01 EM RDIDP, MS-3 (Programa aprovado pelo CD em 09/05/2014).
 801 1. Alteridade, etnicidade e diferenças sociais no campo das relações raciais, 2. Sincretismos,
 802 hibridismos e africanismos, 3. Populações afro-brasileiras e religiosidades, 4. Mestiçagens: uma
 803 perspectiva comparada, 5. Políticas públicas, direitos, patrimônios das heranças africanas no
 804 Brasil, 6. Interfaces entre raça, gênero, sexualidade e classe, 7. Os estudos afro-brasileiros e a
 805 formação da Antropologia Social no Brasil, 8. Estudos de etnologia africana, 9. Nacionalismo e
 806 etnicidade nos estudos da África pós-colonial, 10. Populações africanas e afro-americanas na
 807 perspectiva dos estudos transatlânticos. Após votação, a abertura do concurso foi
 808 **APROVADO. III – ADITAMENTO 1 - QUESTÕES TÉCNICAS DE POLITICA**
 809 **ACADÊMICA 1.1 - CARGOS DE PROFESSOR TITULAR - pedidos de manutenção - Prot.**
 810 14.5.299.8.4. O Departamento de Geografia solicita a **MANUTENÇÃO** de dois cargos de
 811 Professor Titular, vagos em decorrência das aposentadorias dos Professores Doutores Adilson
 812 Avansi Abreu e Wanderley Messias da Costa. Após votação, o pedido foi **APROVADO. 1.2 -**
 813 **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO (FFLCH-USP) -**
 814 referente ao Item I - Composição da Comissão de Pós-graduação (CPG) e IV. Número de
 815 membros componentes das Comissões Julgadoras de Dissertações e Teses. (v. anexo, cópia da
 816 proposta aprovada pela CPG em 20/05/2014). Após votação, o pedido foi **APROVADO. Com a**

A T A S

817 palavra, o Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva disse: “São duas mudanças. A primeira é sobre
818 as regras de defesa. Quando votamos o regimento nós não tínhamos uma informação precisa
819 que chegou depois, após consulta do setor jurídico, de que era possível que a CPG defina o
820 número de membros da banca e cada programa define se o orientador vota ou não. Esta
821 mudança tem por objetivo flexibilizar e deixar que cada programa decida sobre o voto do
822 orientador. A segunda mudança é sobre a forma de eleição do presidente, pois o nosso atual
823 regimento é omissivo. A forma adotada foi eleição entre os membros e a novidade é que se faculta
824 à presidência da CPG deixar ou não a coordenação do programa. No entendimento da CPG,
825 dado o tamanho da nossa pós-graduação, é importante que tenhamos um presidente que possa se
826 desvincular da função de coordenador para que ele possa se dedicar plenamente à presidência.”

827 1.3 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PLENÁRIA Com a palavra, a Professora
828 Valéria de Marco disse: “Tenho uma questão de ordem. O trabalho da Comissão seria preparar
829 o documento que a Congregação deve enviar à CAECO, portanto, existe sim um caráter
830 deliberativo a se considerar. A Faculdade precisa enviar para a Comissão Central o documento
831 que vai ser distribuído a todo o Co, o que as outras Unidades devem estar fazendo, para que
832 estas discussões entrem no Co de junho.” Com a palavra, o Prof. Cicero Romão Resende de
833 Araújo disse: “Os Departamentos e os Fóruns produziram os documentos e a Comissão ficou
834 encarregada de fazer uma síntese deles para levá-la à plenária e, em seguida à realização da
835 plenária, a Comissão ficou encarregada de fazer o relato do que aconteceu nela, e é isso que irei
836 fazer agora. O Inauê, representante dos alunos, coletou diferentes aspectos dos documentos e
837 comparou com o atual estatuto, isso foi feito no Power Point e poderia ser disponibilizado aqui.
838 O que eu acho que podemos fazer é um debate.” Com a palavra, o Senhor Presidente disse:
839 “Podemos fazer a apresentação do que foi discutido e nós deliberamos o que pode ser
840 encaminhado até a data de amanhã.” Com a palavra, o Prof. Cicero Romão Resende de Araújo
841 disse: “A Comissão foi designada para articular a plenária que foi aprovada na Congregação,
842 ficando encarregada do relato e da síntese de diversos documentos dos Departamentos que
843 enviaram alguma coisa, pois não foram todos que enviaram. Recolhemos os relatos que foram
844 escritos nos fóruns que ocorreram no dia 6 ou 7 de maio. Eu pedi para a professora Marilza do
845 DLCV um relatório da plenária, este que eu vou deixar com a Direção da Faculdade, pois não
846 faz sentido eu lê-lo agora devido ao seu tamanho. Conforme foi deliberado pela Congregação, a
847 plenária foi apenas um fórum de discussão, ela não aprovou nada, ela reagiu à síntese que a
848 Comissão fez dos documentos. Esta síntese não citou a contribuição de cada Departamento,
849 portanto o que eu vou relatar poderá ser uma injustiça aos documentos que foram produzidos.
850 Nós nos dividimos para apresentar o relato, apresentamos três temas de um bloco de 9 temas

A T A S

851 que serão discutidos até o final do ano. Os temas discutidos foram: 1 - Missão, reponsabilidade
852 social e princípios da Universidade; 2 – Ensino, pesquisa e extensão; 3 – Gestão, transparência e
853 responsabilidade fiscal. O que fizemos foi, depois do relato, abrir uma discussão com a plenária,
854 esta que teve participação de 36 pessoas (pela lista de presença). Das pessoas que estavam na
855 reunião, algumas fizeram comentários sobre a nossa síntese, outros lembraram sobre a
856 reclamação do tempo exíguo, como houve nas outras plenárias, e houve intervenções sobre
857 pontos que entraram na pauta de discussão, como a questão da estrutura de poder e como
858 encaminhar e pensar as deliberações do novo estatuto. O conjunto de textos apresentados sobre
859 a questão da missão e dos princípios da Universidade tiveram propostas em dois sentidos, um
860 voltado para a definição jurídica e política da USP, outro para uma vista abrangente de fins e
861 princípios da Universidade. Apareceu com frequência a distinção entre fins e princípios, embora
862 não se tenha explicitado o que fundamenta esta distinção. Sobre isso, eu vou sugerir, quando
863 fizermos outro debate, um recorte sobre isso. Para a definição da USP, um documento propôs
864 uma glosa do que já consta no documento atual: juridicamente a USP é uma autarquia de regime
865 especial com autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
866 mas também, neste documento, houve o esforço de fazer uma definição mais política, não
867 apenas jurídica. A USP é uma comunidade acadêmica de docentes, funcionários e alunos que
868 visa certos objetivos fundamentais. Na definição jurídica foi lembrado que a USP, na condição
869 de uma instituição pública, tem de zelar que a sua estrutura se mantenha conforme a
870 Constituição Federal de 1988, a Legislação Estadual e a Declaração Universal dos Direitos
871 Humanos. Ainda neste ponto foi lembrado que a USP é uma instituição Estadual, cabendo,
872 portanto, mencionar o compromisso da Universidade com a sociedade paulista. Quase todos os
873 documentos colocaram a necessidade de a USP colocar no Estatuto o seu compromisso como
874 Universidade pública, gratuita (alguns também disseram laica) e da indissociabilidade do
875 ensino, pesquisa e extensão. Sobre esta última, surgiram observações a respeito da vagueza da
876 observação e da necessidade de atualizar esta fórmula. Um dos fóruns propôs que o conceito de
877 extensão vá além da ideia de oferecer cursos e treinamentos, para significar uma interação mais
878 dinâmica entre a produção científica e cultural da Universidade e as demandas da comunidade.
879 Houve quem questionasse se cultura e extensão representam o mesmo campo de atividade e se
880 transferência de tecnologia pode ser considerada como atividade de extensão. Há vários
881 documentos que listam de forma misturada princípios e objetivos. Vocês verão no PowerPoint,
882 há uma lista de coisas muito específicas como compromisso com a sociedade democrática, isto
883 é, com a promoção da autonomia do cidadão e da justiça social, liberdade de ensino, pesquisa e
884 extensão, sem discriminação de qualquer natureza, princípio do regimento de dedicação integral

A T A S

885 à pesquisa e docência, compromisso com o desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e
886 socioeconômico com respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade ambiental. Promover
887 ensino superior voltado à formação de recursos humanos em pesquisa e em magistério, bem
888 como qualificação profissional. Fazer a reflexão crítica sobre a sociedade com atenção aos seus
889 problemas mais candentes. Não vou entrar no detalhe. Houve uma lista muito ampla e a
890 impressão que eu tenho é de uma certa prolixidade, e eu não sei se é o caso de fazer isso ou não,
891 mas surgiu uma série de coisas que deveriam ser colocadas na primeira parte do Estatuto. No
892 relato dos fóruns apareceram intervenções no sentido de distinguir o leque de objetivos da
893 Universidade num objetivo simples, aquele que pudesse condensar a missão fundamental da
894 Universidade. Supõe-se que isso é uma angústia devido a termos muita coisa e de não
895 localizarmos uma que seja a missão da Universidade. Alguns enfatizaram a ideia da formação
896 da cidadania, outros enfatizaram a pesquisa de fronteira. Não que estas coisas sejam
897 contraditórias, mas a ênfase é diferente. Também se questionou, e aqui é uma discussão sobre o
898 que é o estatuto, sobre a viabilidade de ao lado do estatuto, este que é normativo que estipula o
899 que a comunidade universitária deve ou não fazer, criar outro documento institucional voltado
900 para a orientação de processos como o pedagógico, o de pesquisa e assim por diante. Isso fez a
901 Comissão lembrar que existem dois documentos institucionais que representam as normas
902 superiores da Universidade; o Estatuto, que normalmente especifica coisas que se deve ou não
903 fazer, e também o Regimento Geral que deve especificar como fazer. Não podemos esquecer
904 que isso é tão importante quanto os Estatutos. Além disso, cada Unidade tem regimento
905 específico, ou seja, quando aprovado o Estatuto, os regimentos específicos vão ter que se
906 adequar ao novo marco normativo da Universidade. Também foi lembrado em que lugar no
907 Estatuto, já que ele representa as normas que devem ser obedecidas, deverá haver o tratamento
908 de sanções quanto nos depararmos com a violação das normas e processo de mediação de
909 conflito. Uma vez que há a definição de um conjunto de normas, como é que esse pacto da
910 comunidade é levado à frente, o que leva à discussão do Regimento Disciplinar, a sua
911 atualização, pois ele data de 1972. Um dos documentos de Departamento propôs que por mais
912 que a Congregação da Faculdade vá discutir os temas fatiados, em algum momento
913 precisaremos discutir o documento como um todo e precisamos de certa consistência de suas
914 partes; assim, ele sugeriu que constituíssemos uma Comissão tripartite para a elaboração de
915 proposta de anteprojeto para o estatuto como um todo. Na parte de 'ensino, pesquisa e extensão'
916 vimos que há a presença muito forte nos documentos de uma resposta no sentido da missão
917 destas questões, mas não houve, de fato, discussão sobre questões que estão no Estatuto no que
918 se refere ao capítulo do ensino, por exemplo, no ensino temos graduação e pós-graduação,

A T A S

919 temos o problema do acesso à Universidade. Temos um artigo inteiro que normatiza a questão
920 do vestibular. Isso não foi mencionado nos documentos. Isso porque as pessoas interpretaram
921 que deveriam pensar e elaborar princípios a respeito do ensino, pesquisa e extensão. Depois
922 tivemos a questão da ‘gestão, transparência e responsabilidade fiscal’, e aqui os documentos se
923 esforçaram em apresentar propostas de formas de gestão norteadas pela ideia da gestão
924 democrática, e por vezes democrático aparecia ao lado de participativo, coisa que está muito
925 presente na literatura da discussão sobre a gestão. Tivemos várias propostas relacionadas a
926 como fazer isso, e ao mesmo tempo se discutiu a questão conceitual relacionada a transparência.
927 Uma das colocações foi a diferenciação feita entre transparência e publicidade, o que envolve
928 uma série de ideias sobre como isso pode ser promovido no Estatuto, fato que foi relacionado ao
929 advento da informação virtual e da criação desta nova via de informação. Foi isso que nós
930 relatamos. Houve debate na plenária. Algumas intervenções se concentraram no nosso relato,
931 outras colocaram questões relacionadas ao tempo exíguo, outros colocaram outros pontos. Não
932 foi votado, mas algumas pessoas fizeram sugestões de encaminhamento das próximas sessões.
933 Uma proposta foi fazermos uma votação eletrônica para escutar a comunidade da USP sobre
934 como ela acha que deve ser deliberado o novo Estatuto. Outra proposta foi fazer no próximo
935 semestre, mas já prevendo neste semestre, a Congregação aprovar um calendário das futuras
936 plenárias e os horários que elas vão acontecer. Terminada a minha missão que foi fazer esta
937 atividade, eu devolvo esta missão para a Congregação.”. Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara
938 Monteiro de Almeida disse: “Foram enviadas algumas propostas de definição da Universidade e
939 a gente colocou todas. O critério foi pegarmos as propostas mais abrangentes e colocamos ao
940 lado das propostas que tematizavam o mesmo tópico, assim tínhamos uma ideia global do que
941 estava sendo proposto. Acho que não é o caso de apresentar o PowerPoint ponto por ponto,
942 como fez o professor. A primeira proposta de questão de ordem foi do Departamento de
943 Antropologia que sugeriu a constituição de uma Comissão tripartite para a laboração de um
944 anteprojeto que veja o Estatuto como um todo; e sobre mudanças estatutárias pontuais tivemos
945 algumas propostas que dizem respeito à definição da Universidade, como defini-la
946 juridicamente; a questão dos princípios que gerou muitas propostas; a questão dos fins, como a
947 promoção da melhoria do ensino fundamental público, no nível federal e estadual, como fins da
948 Universidade; sobre a questão do ‘ensino, pesquisa e extensão’, ela não foi muito debatida
949 especificamente, mas foi colocada a questão da indissociabilidade entre estes pontos, o que
950 aparece na questão dos princípios. Sobre cultura apareceu a proposta de abertura dos museus e
951 dos campis para a sociedade como forma de aumentar a integração. Sobre a questão da
952 responsabilidade fiscal, houve a proposta da criação do Conselho Fiscal externo, mas temos que

A T A S

953 pensar bem sobre isso pois podemos colocar em cheque a autonomia universitária. Algumas
954 propostas eu gostaria que fossem apreciadas por esta Congregação, como a criação de um site
955 da Faculdade para que sejam divulgadas todas as propostas, bem como todo o processo, e ainda
956 poderíamos utilizá-lo para divulgar as datas dos próximos debates que acontecerão. Houve a
957 proposta de que nas próximas plenárias sejam aplicados questionários simples, com sim ou não,
958 mas que nos serviria como um registro criativo do que aconteceu na plenária. Ainda temos a
959 proposta da urna eletrônica, ideia que poderíamos levar ao Co para que ela seja aplicada na
960 Universidade com um todo. Outro ponto é que mesmo com a crise orçamentária, algumas
961 exigências da comunidade deveriam ser votadas, como, por exemplo, descontaminação da
962 EACH como prioridade orçamentária, exigir que não recebamos o valor projetado do ICMS,
963 mas sim o valor realmente arrecadado pelo ICMS. Sendo assim, para concluir, a Comissão
964 tomou a liberdade de pensar em extensão todo o processo que vai acontecer nas mudanças
965 estatutárias. Pelo seguinte, o próximo Co que vai discutir os pontos 4, 5 e 6 , que tratam da
966 eleição de dirigentes, bem com formação dos colegiados, vai acontecer no Co no dia 2 se
967 setembro, ou seja, a Congregação do dia 21 de agosto deve se posicionar sobre estas questões.
968 Para que possamos debater com qualidade com uma semana de antecedência, para as propostas
969 poderem ser recolhidas e passadas para vocês antes do fórum (não pudemos fazer isso porque
970 tivemos contato com elas apenas na segunda-feira de tarde). Propomos que se realize uma
971 plenária sobre estes pontos, e ela deverá acontecer entre uma semana até a Congregação e uma
972 semana até o Co no dia 10 de setembro. Serão discutidos os pontos 7, 8 e 9, tendo em vista a
973 Congregação de 8 de setembro e o Co do dia 30 de setembro. Por fim, a plenária no dia 16/10,
974 tendo em vista o último tópico que é a definição das formas e do calendário tendo em vista o Co
975 de 11/11. De acordo com as demandas que apareceram nos próprios debates e nas plenárias,
976 solicitamos como proposta que estes debates peguem um pedaço do horário letivo como
977 atividade institucional da Universidade. Assim, duas plenárias, uma das 13 horas até as 16
978 horas, contemplando o horários de trabalho dos funcionários, e outra das 18 até 21 horas,
979 pegando uma hora e meia do noturno. A proposta é que um debate se realize na terça, outro na
980 quarta e outro na quinta, não prejudicando as aulas de um mesmo dia. Cabe a esta Congregação
981 indicar esta proposta ao Conselho de Graduação. Como os calendários do próximo semestre
982 estão sendo feitos agora, é importante pensarmos a programação em função do semestre que
983 vem e da importância deste processo político. Solicito a criação do site, pois assim todos terão
984 acesso às propostas da forma como elas foram apresentadas.”.Com a palavra, a Professora
985 Valéria de Marco disse: “Estou preocupada com o entendimento da Comissão, pois se não
986 escrevermos um documento até o dia 23 a Faculdade de Filosofia não terá um documento para

A T A S

987 ser distribuído para toda a Universidade até o dia 03 de junho, data da reunião do Co. Quero
988 confessar esta preocupação, pois eu acho que nenhum de nós gosta disso. Estou pensando em
989 encaminhamento que poderia nos tirar deste problema. Um encaminhamento interno possível, e
990 a Comissão pode dizer os seus limites, seria fazermos um enunciado mínimo que vá para a
991 página, pelo menos. Está sendo construído o portal que conterà todas as propostas enviadas por
992 todas as Unidades e ele poderá ser acessado por toda a Universidade, provavelmente até o final
993 da semana isso vai estar feito. Estou pensando na visibilidade e se a FFLCH não enviar um
994 documento estaremos ausentes nesta página para a primeira reunião. Gostaria do esforço da
995 Comissão para que ela escreva o mínimo enunciado sobre esta questão. Alguns princípios e
996 objetivos básicos apareceram em todos os relatos e todos os Departamentos. Outra questão, que
997 sugiro ao Sergio, é que a página seja frequentemente realimentada, ou seja, os temas terão
998 discussão contínua, mesmo depois da reunião, e acho que isso deve ser encaminhado ao Co,
999 pois a página deve receber os textos das outras Unidades. Vamos ver o que conseguimos
1000 encaminhar. Vou me antecipar, como não estarei na chefia no segundo semestre, eu proponho
1001 me juntar à Comissão para elaborarmos o calendário de discussão do segundo tema que deve
1002 começar em junho ou julho. Não sei o que vai acontecer com a greve, mas podemos até fazer
1003 isso como atividade de greve. Devemos tentar preparar a discussão para a posição da
1004 Congregação que deverá ser exposta no final de agosto. Precisamos de gente para se engajar.”
1005 Com a palavra, a Profa. Marilza de Oliveira disse: “Eu fui relatora na plenária e no debate.
1006 Quase todos os participantes dos debates e das plenárias concordaram que o tempo disposto à
1007 discussão de temas tão candentes à Universidade era exíguo. Muitos salientaram para o perigo
1008 de fazermos propostas no atropelo, outros se mostraram receosos sobre a aceitação das
1009 propostas pelo CO. Pode ser que o Co não aceite nossas propostas, mas não podemos deixar de
1010 que nos acusem de negligentes, portanto precisamos colocar propostas na mesa do Co. Para
1011 isso, temos dois relatórios preparados e mais um roll de princípios e fins para a Universidade de
1012 um grupo que se juntou e elaborou um material para análise. É preciso deixar claro que os
1013 princípios e fins da Universidade se colocam numa proposta maior que é pensar na missão da
1014 Universidade, aliás, a questão da missão foi altamente discutida pelo professor Átila da
1015 Geografia. Gostaria de trazer alguma coisa sobre este tema: temos que pensar a missão a partir
1016 de um conceito de Universidade que delimite claramente a sua natureza enquanto instituição, os
1017 objetivos para os quais existe, seus fins. A Universidade tem uma missão relevante a cumprir na
1018 sociedade e a definição desta missão deve estar embutida na definição do ideal da Universidade
1019 que devemos perseguir. Temos que ter o cuidado para não cairmos na armadilha da doutrina
1020 adaptacionista segundo a qual a Universidade deve formar profissionais na intenção do sistema

A T A S

1021 da sociedade vigente, profissionais adaptados ao desenvolvimento tecnológico atual, aos
1022 ditames do mercado, às novas realidades, aos novos tempos, aos interesses da sociedade, sem
1023 que se definam quais são os interesses e de quem são os interesses na sociedade. O discurso
1024 adaptacionista visualiza e introjeta uma Universidade bem definida, a Universidade conformada
1025 e conformadora, a Universidade como agência de prestação de serviços, como linha de
1026 montagem para o sistema. É, segundo Wolf, o anti modelo da Universidade, pois ainda cabe
1027 reflexão teórica, filosófica, científica, critica, problematização, ciência como busca da verdade,
1028 ciência como promoção de autonomia da consciência, educação e valores ético-morais voltados
1029 ao bem estar de todos e ao respeito aos direitos. O discurso adaptacionista não existe apenas
1030 como pressão vinda de fora, ele discursa polido, reproduzindo no interior das próprias
1031 Universidades cujos alunos e estudantes acreditam que a Universidade deve mudar na direção
1032 daquilo que se cobra dela. Cabe à Universidade mudar e melhorar o ensino e a ciência que
1033 pratica, é certo, mas orientada para outros fins. Estes fins não podem ser outros senão
1034 empreendimentos sociais de interesse público geral que promovam o bem estar humano, a
1035 justiça, a democracia e a liberdade. A Universidade precisa manter-se livre das pressões sociais
1036 porque se fizer concessões ao pragmatismo rebaixará as suas tarefas em situações conjunturais a
1037 demandas específicas correndo o risco de se desfigurar no longo prazo. E como diz Jaspers, se a
1038 Universidade baixa de nível, a sociedade e o estatuto naufragam com ela. As tarefas da
1039 Universidade não podem ser submetidas a nenhum interesse que filtre o principio inegociável
1040 da liberdade de pensamento e da autonomia acadêmica. A Universidade deve zelar pela busca
1041 da verdade como conhecimento da realidade, de maneira desinteressada e livre. A Universidade
1042 é o lugar da formação de pesquisadores, pensadores independentes, produtores de conhecimento
1043 e de técnicas necessárias para o desenvolvimento do bem estar humano. O Estado deve
1044 financiar e manter a Universidade, mas não pode reivindicar exercer o controle da autonomia e
1045 do pensamento. Mantida com recursos públicos, ela só pode se destinar aos interesses que
1046 realizem os interesses públicos, coletivos, interesse geral, o bem comum que não se confunde
1047 com luta de classes. A Universidade tem como missão difundir uma cultura geral que permita
1048 que todos aqueles que por ela passam com as condições de usufruírem das aquisições
1049 científicas, literárias e artísticas, enquanto bens culturais que devem ser democratizados ao
1050 acesso de todos. Nem sempre bem compreendida, essa missão se choca com a ideia da
1051 adaptação às necessidades do país vista sempre do ângulo econômico-empresarial, ou da
1052 necessidade de dirigentes para o aparelho do Estado. Ao invés da especialização precoce dos
1053 estudantes e da preparação para o trabalho, é necessário operar o desenclausuramento dos
1054 saberes para oferecer aos estudantes combinações variáveis de disciplinas nos seus currículos,

A T A S

1055 multiplicando a interdisciplinaridade. É função da Universidade conduzir os alunos a atos
1056 filosóficos, ou seja, ensinar a pensar para que eles possam chegar à compreensão histórico-
1057 social da sociedade. A Universidade em seu todo não pode se identificar de outro modo que não
1058 seja como esta instituição que organiza e promove a política do pensar que desenvolve e
1059 estimula a autonomia intelectual. Só assim a educação universitária poderá contribuir para fazer
1060 dos indivíduos o ponto de resistência à ideologia e à dominação do modo como estas se
1061 apresentam na vida cotidiana. A Universidade cumpre o seu papel quando forma profissionais
1062 inconformados, inadaptados, profissionais capazes de se indignar e de produzir indignação
1063 diante das desigualdades e das injustiças, da discriminação e da violência. Os profissionais
1064 precisam adquirir mais do que apenas o conhecimento técnico. Dai então, temos que pensar que
1065 missão é diferente de princípios, é diferente de fins e provavelmente está acima dos dois.”. Com
1066 a palavra, a funcionária Marie Marcia Pedroso disse: “Tendo em vista a brevidade das questões,
1067 acho interessante a proposta do Inauê sobre a criação do site da Faculdade que tenha todas estas
1068 informações e utilize a interessante experiência que tivemos na mudança de regimento da Pós-
1069 Graduação, pois havia de um lado o que está em vigor, e de outro o que estava sendo
1070 implementado, assim é possível fazer a comparação. Foi sugerido nos fóruns que todo o
1071 material produzido seja divulgado, e ir acrescentando a isso os outros estatutos. Por exemplo, eu
1072 usei na minha fala o estatuto da UFSCar e da UNB. Assim, daremos mais acesso às pessoas.”
1073 Com a palavra, o aluno Leonardo Octavio Belinelli de Brito disse: “A primeira coisa que me
1074 vem à mente ao observar esta Congregação é que o seu grande tema é a democratização, desde a
1075 discussão da legitimidade do cadeiraço ou não, se roga pela convivência democrática,
1076 pluralidade e princípios que devem nortear a convivência na FFLCH e no restante da
1077 Universidade. Acho que seria exemplo de convivência democrática, além do estabelecimento da
1078 Comissão que eu concordo, a retomada das discussões que estão sendo feitas, pelo seguinte: a
1079 sensação geral que ficou no primeiro e no segundo fórum foi de insatisfação em relação ao
1080 tempo. Acho que isso não é pouca coisa. Sabe-se que há calendário definido pelo Co, mais eu
1081 acho que a legitimidade da proposta que faremos para a reforma estatutária deve ser uma
1082 legitimidade democrática. Tenho participado do grupo que a Marilza mencionou, eu acho a
1083 proposta bem avançada, a situação do representante deve dar conta da sensação geral. Os
1084 discentes vêm demonstrando insatisfação com a celeridade do processo. Outra coisa é sobre a
1085 proposta da Comissão formada para a discussão de segurança, a das câmeras; uma das coisas
1086 que propusemos é a retomada dos debates, pois a opinião não se dá apenas na formação ou no
1087 estabelecimento do projeto, mas também pelo confronto. Para isso, é preciso que haja retomada
1088 do processo. As propostas expostas aqui são resultado de discussão prévia dos Departamentos e

A T A S

1089 dos Centros Acadêmicos, e eu acho que devemos voltar a discussão ao debate público para que
1090 ela ganhe legitimidade. Ir e voltar sobre o assunto é uma forma de estabelecer o exercício crítico
1091 que a Marilza mencionou em sua fala. Acho que deveríamos sugerir para a Comissão de
1092 intermediação que ela discuta a questão da estrutura de poder que, aliás, é o motivo da greve.
1093 Grevistas ou não grevistas, todos nós temos questões em relação a isso, e acho que devemos
1094 aproveitar a situação para esta discussão. Mesmo por parte daqueles que não aderem à greve,
1095 temos que aproveitar este tempo para discutir estas questões e a Comissão que deveria
1096 estabelecê-los. Essa é uma sugestão. Apoio a proposta feita na plenária de estabelecimento de
1097 um calendário para facilitar o comparecimento e a participação da comunidade universitária.”
1098 Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “Estamos diante de uma
1099 enxurrada de palavras, e isso acontecendo é péssimo para nós pois o valor da palavra se perde.
1100 Se há uma coisa que podemos fazer é recuperar o valor da palavra. Neste caso dos estatutos, no
1101 fundo me parece que o que é decisivo é entender que ele é um ser vertebrado, ou seja, possui
1102 uma coluna vertebral, e a luta política que vai se travar, direta ou indiretamente, não vai ser em
1103 cima de um ou outro artigo, temos que ter clareza como vertebrar o estatuto. Se não fizermos
1104 isso não iremos mostrar o potencial da nossa Faculdade e vamos perder uma batalha política e
1105 perderemos esta oportunidade de alterar o modo de existência desta Universidade. A principal
1106 luta política que temos nesta comunidade não é a questão salarial, por mais que ela seja
1107 importante. A vitória fundamental que podemos ter enquanto comunidade não é a vitória
1108 econômica, é a vitória política, e ela deve estar traduzida no estatuto. Digo isso porque
1109 precisamos entender o que está em jogo, o que é fundamental e o que é secundário. Sem isso
1110 vamos dispersar as nossas energias e não vamos conseguir a vitória. Temos ainda um ano pela
1111 frente, mas temos que descobrir qual é o nosso tempo para saber como poderemos utilizá-lo
1112 para fazer uma discussão de qualidade neste debate. O momento atual é uma etapa preliminar
1113 que serve para nos despertar para o assunto e para definir uma estratégia de intervenção. O que
1114 significa isso? No final desta etapa de discussão iremos ter claro, coletivamente, qual é a
1115 vertebração que queremos para verter este estatuto, evitando que nos percamos na chuva de
1116 palavras, pois aqui o valor da palavra vai a zero. Eu acho que a discussão feita pela professora
1117 Marilza é fundamental, pois ela começa nesta discussão a entrar numa reflexão de longo prazo,
1118 reflexão que localiza os interesses permanentes que o estatuto deve refletir. Se não tivermos a
1119 capacidade de nos afastar das pressões do imediato, iremos diminuir a nossa capacidade, força
1120 política e intelectual nesta discussão. Temos que ter a capacidade de fazer o deslocamento das
1121 forças da conjuntura, caso contrário ela nos engole, o que significa perder a discussão
1122 fundamental. Interesse permanente significa o seguinte: autonomia não é mera palavra, ela

A T A S

1123 significa que se não localizarmos este interesse permanente, de nada vai adiantar falarmos sobre
1124 autonomia no estatuto, pois de nada vai valer. Mesmo que mandemos o documento, vamos nos
1125 concentrar no nosso tempo. Vamos pensar estrategicamente e construir a nossa força até o final
1126 do ano sem nos deixarmos atropelar pela grande quantidade de temas. Acho que a discussão dos
1127 princípios é muito importante, pois ela define muita coisa em seguida. Temos que ter como
1128 nossa estratégia daqui para frente sermos enxutos, o que significa que na batalha sabemos que
1129 não podemos perder, onde podemos negociar sermos flexíveis, e onde devemos ter posição
1130 firme. Acho que não podemos ficar desesperados, pois toda a Universidade está perdida num
1131 monte de coisas. Acho que a nossa intervenção é principalmente conceitual, e se contribuirmos
1132 aí já estaremos dando grande pontapé para o debate.” Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara
1133 Monteiro de Almeida disse: “Além de disponibilizarmos o material produzido nos debates,
1134 como as propostas e os vídeos dos debates, a ideia do site é também incentivar a produção de
1135 textos. Outra coisa que está fora da sistematização de propostas de datas, caso concordem com a
1136 plenária do dia 12 de agosto, seria importante darmos um passo à frente da CAECO, não
1137 esperando a imposição de cima para as datas dos Departamentos se posicionarem, assim, ao
1138 estipular a data, os Departamentos poderão concorrer para sistematização em tempo para a
1139 plenária, o que proporcionaria discussão mais qualificada nos debates. Eu sugiro que o dia 7 de
1140 agosto seja o prazo para os Departamentos se posicionarem sobre os pontos 4, 5 e 6. Para
1141 deliberação hoje, sugiro duas coisas que a meu ver são possíveis: envio da sistematização de
1142 todas as propostas da forma como elas foram colocadas. Precisaríamos fazer uma breve revisão,
1143 pois o prazo para a entrega é amanhã. Ou abrimos rapidamente as propostas que nos foram
1144 enviadas, lemos, e todas aquelas que não foram consensuais nós colocamos um asterisco
1145 dizendo que não foi consensual, mas devemos enviar da mesma maneira. Acredito que grande
1146 parte das propostas seja consensual, devido ao elevado grau de consenso existente aqui. Outra
1147 proposta que deve ser encaminhada por esta Congregação é a proposta do Departamento de
1148 Antropologia que visa à elaboração de um anteprojeto, e ele pode ser balizado pelas discussões
1149 que foram feitas durante o ano todo durante todas as discussões.” Com a palavra, a Profa. Zilda
1150 Marcia Gricoli Iokoi disse: “Eu acho que a discussão trazida pela Marilza com o seu texto de
1151 reflexão crítica sobre a missão, e mais a ideia de que temos que pensar a Universidade como
1152 espaço de produção de conhecimento que represente a diversidade de problemas que nós temos,
1153 devem ser coisas prioritárias. Concordo com o Cícero, inclusive também foi a minha proposta,
1154 ao definirmos no campo dos conceitos, proposições de fundamentos e princípios, pois este é o
1155 nosso lugar no debate. Penso, e foi como me posicionei quando a Congregação pensou sobre
1156 este problema, que temos que pensar se vamos abrir o campo de definição de outras coisas que

A T A S

1157 não a missão, princípios e fins. Teríamos que fazer uma discussão de outra natureza que não é
1158 para este momento em que estamos. Neste momento acho que devemos fazer a entrega dos
1159 fundamentos que definimos, se é que eles têm qualidade para começar a pensar a estrutura de
1160 como as outras coisas vão nascer, pois princípio, missão e objetivo acabam dando a
1161 possibilidade para apresentarmos o conjunto que supõe, a partir daí, outros mecanismos que
1162 deverão se comprometer com isso. Esta estrutura dorsal que você está propondo, pode ser
1163 mandada pois já temos algumas coisas. O item missão ficou desaparecido nas propostas
1164 apresentadas, mas se pensarmos claramente que a Universidade deve atender à necessidade
1165 crítica, autonomia, no sentido da sua independência sobre os objetivos e necessidades dos
1166 grupos em seus cotidianos, e que temos que pensar no dever de modo muito mais amplo.
1167 Podemos fazer o levantamento destas três dimensões, mandamos isso, assim abrimos outra
1168 discussão sobre se é certo o que nós formulamos e, a partir daí, começamos a pensar em outras
1169 coisas que não devem ir além da questão das estruturas de poder e funcionamentos dos
1170 mecanismos de representação. Acho que não devemos entrar na discussão dos cursos, pois não
1171 foi pedido isso neste momento. Assim teríamos um espaço de discussão e de formulação mais
1172 próximo da nossa realidade. A minha proposta é definirmos exatamente o que iremos mandar
1173 agora, se está bem o que iremos mandar agora, e depois vamos amadurecer e abrir a discussão
1174 para que a questão possa ser complementada.” Com a palavra, a Funcionária Marlene Petros
1175 Angelides disse: “Eu compartilho da preocupação do Leo. Eu estive presente nos dois debates e
1176 eles estavam esvaziados. Acho que esta discussão não pode seguir esta forma. Não podemos
1177 encaminhar propostas como se elas já tivessem sido amplamente debatidas. Eu acho que
1178 devemos aproveitar o mês de junho para refazer as discussões e recuperar o debate, ampliando o
1179 plenário que fará a discussão. Concordo com a fala da Zilda e com o documento da Marilza,
1180 achei suas colocações perfeitas. Eu senti falta da sistematização de uma proposta que fiz como
1181 representante dos trabalhadores, que é o fim das terceirizações. Eu não sei quem fez a
1182 sistematização da questão orçamentária. A Universidade não pode aceitar o trabalho
1183 semiescravo, precarizado. Não queremos terceirização na Universidade. Entre os textos que eu
1184 li, havia esta reivindicação.” Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro de Almeida disse:
1185 “Peço desculpas se a proposta não foi contemplada na sistematização, mas o próprio formato da
1186 discussão é muito generalizado e muito aéreo, e uma reivindicação tão concreta como esta eu
1187 não consegui formular de modo que coubesse naqueles espaços.” Com a palavra, o aluno
1188 Leonardo Octavio Belinelli de Brito disse: “Uma boa pergunta para termos clareza sobre a
1189 discussão é: temos certeza de que as propostas da CAECO representam a vontade da FFLCH?
1190 Eu acho que não, pessoalmente. Embora seja simpático a uma delas como estudante, eu não

A T A S

1191 tenho convicção plena de que vamos conseguir fazer esta discussão.” Com a palavra, o Senhor
1192 Presidente disse: “Tenho que fazer uma provocação. Eu estou de acordo que não houve tempo,
1193 mas temos o sábado e podemos fazer um congresso no sábado que pode ser o dia inteiro. É o
1194 que se faz em todo lugar. Quando se tem atividade extra você não a faz junto, você a faz em
1195 outro período. É um sacrifício? É, mas é uma oportunidade e podemos dizer que houve tempo
1196 largo para poder aprofundar e discutir. Outro modo de fazer isso é lançarmos textos para o
1197 debate. As pessoas precisam escrever, e como disse o Cícero, estamos numa chuva de palavras.
1198 Queremos debater e debate sólido precisa ser feito em cima de textos. As pessoas precisam ter o
1199 exercício de pensar e escrever, e não precisam ser teses, muitas vezes um texto de duas páginas
1200 é tão contundente para discutir a missão da Universidade que não é necessário desenvolver com
1201 tantos argumentos. Se estamos querendo de fato participar deste processo, temos que participar
1202 com os instrumentos que nós temos. Reclamamos que o tempo é curto, mas em todas as
1203 Unidades que eu conversei a participação foi muito pequena. O que houve é que muitas pessoas
1204 vieram falar que viram o debate pela TV, o que significa que temos que avaliar os nossos
1205 métodos de utilização do debate. Talvez os fóruns de hoje sejam mais virtuais do que
1206 presenciais, o que não quer dizer que precisamos abolir os presenciais. Muitas vezes tenho a
1207 sensação de que quando o debate não tem ampla massa mobilizada, não há debate. Eu não sei se
1208 é assim, tenho minhas dúvidas. Muitos debates de interesse público que são feitos com número
1209 pequeno de participantes, como na área de direitos humanos, violência, nós não conseguimos
1210 arregimentar tantas pessoas, e o pior de tudo, aquelas que aparecem já estão convertidas, elas
1211 não tem o que dizer a não ser repetir os argumentos que as convenceram ao longo do tempo.
1212 Temos que pensar no formato. Nós não podemos tratar as nossas atividades fins como sendo
1213 atividades substituíveis a cada momento, ou seja, aula, pesquisa, cultura e extensão, são as
1214 razões da nossa existência. Teremos a greve e talvez possamos aproveitar este momento para
1215 introduzir a discussão, mas depois de terminada a greve, teremos o momento de reposição, e aí
1216 não poderemos suspender as atividades. Vamos ter que aproveitar outros espaços. Podemos
1217 fazer um congresso da Faculdade no final de semana. É um sacrifício, mas acho que devemos
1218 pensar nisso. Quanto ao documento, eu tenho posição um pouco diferente de muitos que se
1219 manifestaram hoje. Eu não tinha a expectativa de fazermos uma discussão densa e profunda, ou
1220 apresentar à CAECO um documento extremamente elaborado. A minha expectativa era reunir
1221 as diversidades de pontos de vista, como quais são os diferentes argumentos sobre a missão da
1222 Universidade. A missão é só ensino, ou é pesquisa, ou é fazer justiça social, ou é tornar livre
1223 todo conhecimento? Era isso que eu imaginava, pois o papel da CAECO não é hierarquizar ou
1224 selecionar, ele não possui esta missão. Ela deve pôr ordem na discussão. É claro que toda

A T A S

1225 ordenação é segundo um ponto de vista e isso tem natureza política, não tenho dúvida, mas
1226 quando colocamos nossos assuntos em debate também estamos exercitando nosso papel
1227 político. Eu esperava um documento conciso, dizendo que tais e tais questões são importantes, e
1228 que corre no paralelo da nossa agenda. Como queremos dar uma contribuição mais densa à
1229 Universidade, podemos fazer um congresso com textos previamente preparados para discussão.
1230 Caso a Faculdade esteja convencida de que esta é uma atividade importante, podemos organizar
1231 e montar uma comissão para isso. Eu tinha a expectativa de que poderíamos surpreender a
1232 comissão com ideias que não foram pensadas. Podemos dizer o que achamos não ser a missão
1233 da Universidade, assim como podemos dizer o que achamos que deve ser a sua missão. O que
1234 eu esperava neste momento era algo mais na superfície e menos na discussão profunda, pois
1235 esta vai surgir no momento de ampla discussão e debate da Universidade que vai pautar as
1236 coisas fundamentais, e nós ainda não sabemos quais são elas. Temos os temas que foram
1237 extraídos da própria estrutura do estatuto. Queremos que os temas sejam pensados de maneira
1238 diferente de como eles foram pensados até agora. Podemos chegar à conclusão de que certos
1239 preceitos do estatuto atual devem ser mantidos, como a responsabilidade ética, mas podemos
1240 chegar à conclusão de que muitos dos que estão lá não têm sentido, já que eles foram pensados
1241 numa época muito diferente da que estamos vivendo agora. Ou nós tomamos a decisão de juntar
1242 esta documentação para ela ser a contribuição que a Faculdade pode dar agora, ou temos que
1243 fazer o trabalho de uma súmula que seja trabalhável pela Comissão.” Com a palavra, a Profa.
1244 Zilda Marcia Gricoli Iokoi disse: “Temos uma saída para isso. Há documentos que chegaram e é
1245 possível organizar segundo aquilo que eles propõem.” Com a palavra, o Senhor Presidente
1246 disse: “Sim. Não vamos perder o que foi dito, mas se trata agora de fazer uma indicação do que
1247 pode ser este começo de uma discussão efetiva.” Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara
1248 Monteiro de Almeida disse: “Temos concretamente seis páginas com todas as propostas, o que é
1249 pouco, do meu ponto de vista, e não é uma reflexão exaustiva. Podemos abrir o documento e
1250 mostrar o que realmente seria inviável. Com o adendo que a Marlene colocou, que não foi
1251 contemplado pela sistematização, acho que podemos colocar que esta é a contribuição que a
1252 Faculdade pode dar agora, deixando isso claro. Podemos rever alguns pontos, ou não, e
1253 podemos marcar uma Congregação Extraordinária de pauta única, pautando somente estas
1254 questões.” Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “A Comissão foi
1255 encarregada de articular a plenária e fazer o documento, assim, a sua missão acabou e eu me
1256 considerei com a missão cumprida. O que o Diretor vai levar é o que vai sair da Congregação,
1257 pois esta é a instância que expressa o ponto de vista da Faculdade. Com base no que foi
1258 relatado, o Diretor deve simplesmente colocar que houve a discussão na Faculdade sobre, por

A T A S

1259 exemplo, a questão dos princípios, e nesta discussão tivemos tais e tais posições, e podemos
1260 relatar as ideias divergentes. Em relação aos programas do ensino, pesquisa e extensão, como já
1261 falei, não houve discussão dos artigos do estatuto. foram discutidos princípios e objetivos.
1262 Terceiro, apareceu uma série de propostas de implementação de gestão democrática e
1263 participativa. Podemos declarar que foi feito isso, mas que a discussão ainda está sendo feita.”
1264 Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Estou de acordo com você, mas eu quero saber
1265 substantivamente. Li o documento de 11 páginas e ele me pareceu razoável, apesar de não ser
1266 completo e exaustivo. Ele cumpriu uma certa expectativa que é dizer sobre o que aparece neste
1267 primeiro momento da discussão. Acho que não podemos ter a pretensão, com espaço e tempo
1268 curtos, de dizer que esta é a palavra final sobre isso, pois a palavra final é um desencadear da
1269 questão. Depois podemos até chegar à conclusão de que parte das nossas reflexões foi elaborada
1270 superficialmente.” Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “No relato
1271 que a Marilza escreveu, depois do relato da Comissão, houve as intervenções de pessoas.
1272 Podemos extrair alguma coisa daí.” Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Eu acho que
1273 podemos extrair, mas acho que ele deve ser para a nossa leitura interna e, posteriormente,
1274 podemos trabalhar em cima dele.” Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro de Almeida
1275 disse: “Se extrairmos as falas, como foi sugerido, vamos descaracterizar o espaço como
1276 plenária.” Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “O que nós estamos assumindo agora é
1277 que este documento é a Congregação que está subscrevendo.” Com a palavra, o aluno Inauê
1278 Taiguara Monteiro de Almeida disse: “Tudo bem se este for o entendimento da Congregação,
1279 mas as propostas no formato que elas foram feitas, eu acredito que elas devem ser
1280 encaminhadas. Por quê? Há um trabalho feito, e o tempo foi exíguo, mas alguns Departamentos
1281 e pessoas se organizaram para fazer e temos que valorizar estas pessoas, pois elas aceitaram a
1282 tarefa e contribuíram como puderam. Junto com este texto da Marilza, devemos enviar o
1283 documento das propostas. Eu gostaria de me propor a fazer o site que vai fazer as propostas.”
1284 Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Sua proposta é que juntemos este documento,
1285 sumário das discussões, mais o texto das propostas. Não seria melhor abrirmos uma aba na site
1286 da FFLCH, pois abrir mais sites complicaria.” Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro
1287 de Almeida disse: “A ideia era essa mesmo. O que eu estou me dispondo a fazer é sistematizar o
1288 material no site.” Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Acho que devemos ler o relatório
1289 que foi produzido pela Comissão.” **PLENÁRIA DA FFLCH - 20 DE MAIO DE 2014.**
1290 **Anfiteatro de Geografia (17:45) Relatoria: Marilza de Oliveira.** Ao abrir a Plenária, o Professor
1291 Dr. Cícero Araújo esclareceu que a Congregação designou uma Comissão Tripartite para
1292 organizar um cronograma de debates sobre a Reforma Estatutária, seguindo os tópicos

A T A S

1293 aprovados pelo Conselho Universitário. O professor informou que estão previstos nove temas
1294 para debates, os quais serão abordados em blocos de três até o final do ano. Esta plenária tem
1295 por pauta os temas: 1. Missão, Responsabilidade Social e Princípios da Universidade; 2. Ensino,
1296 Pesquisa e Extensão; 3. Gestão, Transparência e Responsabilidade Fiscal. Antes de dar início
1297 aos debates, o Professor informou que: 1. A Plenária não tem objetivo de deliberar, mas de
1298 fomentar discussão; 2. A Comissão fez uma síntese dos conteúdos gerados pelos debates e
1299 diferentes fóruns para uma discussão em plenária sobre três temas: 3. A síntese contempla as
1300 críticas e sugestões enviadas por diferentes departamentos, os quais não foram nomeados, pois
1301 objetivava-se o levantamento geral de proposições da unidade; 4. Os participantes de debates e
1302 de diferentes fóruns criticaram o tempo exíguo da apresentação de propostas e de discussões,
1303 solicitando dilatação do tempo para os debates sobre temáticas que são cruciais para o futuro da
1304 universidade. Para oportunizar os debates em espaço de tempo tão estreito para o tratamento
1305 amplo da matéria, o Professor sugeriu aos participantes que se restringissem aos temas previstos
1306 para o debate. A reclamação sobre a insuficiência do tempo será encaminhada às instâncias
1307 competentes para tomarem medidas cabíveis. Cada expositor apresentou uma síntese dos temas
1308 e abriu-se a discussão com intervenções de três minutos para permitir uma participação ampla.

1309 **TEMA 1: Missão, Responsabilidade Social e Princípios da Universidade. Coordenador:**
1310 **Prof. Dr. Cícero Araújo (Ciência Política).** O conjunto de textos recebidos sobre a temática
1311 apresentou propostas em dois sentidos: um voltado para a definição jurídica e política da USP; e
1312 outro para uma lista abrangente de fins e princípios da universidade. Embora não explicitada, a
1313 natureza da distinção entre fins e princípios, pode-se inferir que os fins dizem respeito à missão
1314 específica de uma instituição universitária, e os princípios são enunciações que orientam a
1315 compreensão do Estatuto em sua aplicação e na elaboração das demais normas. Para a definição
1316 da USP, propôs uma glosa daquilo que já consta no estatuto atual: que, juridicamente, a USP é
1317 uma autarquia de regime especial, como autonomia didática e científica, administrativa e de
1318 gestão financeira e patrimonial; mas também a USP (em termos mais políticos) é uma
1319 comunidade de professores, alunos e funcionários técnicos e administrativos que visa a certas
1320 coisas (seus objetivos fundamentais). Também na definição jurídica, foi lembrado que, na
1321 condição de uma instituição pública, a USP tem de zelar para que sua estrutura mantenha-se
1322 conforme à Constituição Federal de 1988, à legislação federal e estadual, e à Declaração
1323 Universal dos Direitos Humanos. Ainda nesse ponto, lembrou-se ainda que a USP é uma
1324 instituição estadual cabendo, portanto, mencionar seus compromissos específicos com a
1325 sociedade paulista. Quase todos os documentos mencionaram a necessidade de a USP colocar
1326 no estatuto seu tradicional compromisso com as ideias da “universidade pública, gratuita e

A T A S

1327 laica”, e da “indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão”. Quanto a essa última, porém,
1328 surgiram observações a respeito da vagueza da formulação e da necessidade de atualizá-la. Em
1329 um dos fóruns propôs-se que a extensão vai além de oferecer cursos ou treinamentos,
1330 significando mais amplamente promover a interação entre universidade e sociedade, tomando
1331 esta última como uma agência capaz de tomar iniciativas e formular problemas. Por outro lado,
1332 houve quem questionasse, primeiro, se extensão e cultura representam ou não o mesmo campo
1333 de atividades; e, segundo, se transferência de tecnologia poderia ser classificada como uma
1334 atividade de extensão ou alguma outra coisa. Salientaram-se os princípios: - Compromisso com
1335 a sociedade democrática, isto é, com a promoção da autonomia do cidadão e da justiça social. -
1336 Liberdade de ensino, pesquisa e extensão, sem discriminação de qualquer natureza. - Regime de
1337 dedicação integral à docência e à pesquisa como prioritário, mesmo que se admitam regimes
1338 parciais. - Compromisso com o desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e
1339 socioeconômico, respeitando os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental. (Neste ponto,
1340 também houve quem sugerisse deixar o artigo 2º. do estatuto da USP tal como está). Elencaram-
1341 se os objetivos: - Desenvolver, transmitir e aplicar conhecimentos por meio do ensino, da
1342 pesquisa e da extensão, de forma indissociável entre si e integrados na educação do cidadão, na
1343 formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e
1344 tecnológica. - Promover contínuos debates sobre sua produção científica no espaço público. -
1345 Promover o ensino superior voltado para a formação de recursos humanos em pesquisa,
1346 magistério e qualificação profissional. - Fazer a reflexão crítica sobre a sociedade, com atenção
1347 a seus problemas candentes. Nos relatos dos fóruns apareceram intervenções no sentido de
1348 distinguir, no leque de objetivos da universidade, um objetivo-síntese, aquele que pudesse
1349 condensar a missão fundamental da universidade. Houve aqui diferenças de ênfase: uns
1350 realçaram a ideia da formação da cidadania; outros, a questão da pesquisa de ponta. Além das
1351 questões atinentes à temática, questionou-se sobre a viabilidade de, ao lado do estatuto, que é
1352 um documento normativo – estipulando o que a comunidade universitária deve ou não fazer,
1353 criar outro documento institucional mais voltado à orientação de processos, como o pedagógico,
1354 o de pesquisa, etc. Alertou-se para a existência de dois documentos, o Estatuto e o Regimento
1355 Geral, documento que especifica normas que o Estatuto indica de forma mais genérica. Cada
1356 Unidade tem seu Regimento, que deverá se adequar ao quadro normativo. Outro quesito
1357 levantado foi o lugar do tratamento, no Estatuto, de sanções contra violações de suas normas e
1358 processos de mediação de conflitos. Um dos documentos de departamento propôs que a
1359 Congregação da faculdade constituísse uma comissão tripartite (docentes, alunos e
1360 funcionários) para elaborar uma proposta de anteprojeto para o estatuto da USP como um todo.

A T A S

1361 **TEMA 2: Ensino, Pesquisa, Cultura e Extensão Universitária.** Coordenadora: Márcia. Em
1362 geral, as propostas referentes ao tema Ensino, Pesquisa, Cultura e Extensão Universitária,
1363 pontuam: - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa, Cultura e Extensão; - Que a USP deve
1364 manter-se alinhada à pesquisa de ponta, que a tem caracterizado desde suas origens,
1365 confirmando a vocação de formadora de quadros científicos e docentes que se disseminam pelo
1366 país; - Ensino e pesquisa não devem jamais ser desvinculados da missão fundamental que é a
1367 formação do cidadão, do profissional e do pesquisador como processo coeso e interdependente;
1368 - Ensino superior voltado para a formação de recursos humanos em pesquisa e em magistério,
1369 bem como qualificação profissional. Um dos documentos traz uma série de princípios referentes
1370 ao ensino, pesquisa e extensão. São eles: - a natureza pública e gratuita do ensino, sob a
1371 responsabilidade do Estado; - a liberdade de ensino, pesquisa e extensão e de difusão e
1372 socialização do saber, sem discriminação de qualquer natureza; - a indissociabilidade entre o
1373 ensino, a pesquisa e a extensão; - o estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito
1374 científico e do pensamento reflexivo; - o regime de dedicação integral à docência e à pesquisa é
1375 prioritário, sendo permitidos regimes parciais; - o compromisso com a democratização da
1376 educação no que concerne à gestão e à igualdade de acesso obtida por meio da inclusão dos
1377 hipossuficientes; - compromisso com o desenvolvimento cultural, artístico, científico,
1378 tecnológico e socioeconômico do país, respeitando os direitos humanos, a pluralidade do
1379 pensamento e a sustentabilidade ambiental; - garantia da autonomia disciplinar, que consiste em
1380 critérios e normas adequados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas a
1381 serem observados pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo. Nos fins, esse
1382 mesmo documento propõe a seguinte redação: - Incentivar o trabalho de ensino e pesquisa,
1383 visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse
1384 modo, desenvolver o entendimento da relação homem/natureza; - Promover o desenvolvimento
1385 de conhecimentos científicos, culturais e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade e
1386 comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de difusão; -
1387 Promover a extensão aberta à participação da população visando à difusão das conquistas e
1388 benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na
1389 instituição; - dar transparência de todos os atos administrativos realizados pela gestão
1390 universitária e cumprir a lei de responsabilidade fiscal e a lei de acesso à informação; -
1391 Publicizar amplamente o conhecimento produzido na instituição por meio de diferentes mídias;
1392 - divulgar o desenvolvimento da cultura produzida por seus museus, orquestra, teatro e
1393 atividades de seminários e debates realizados a partir das demandas internas ou originárias da
1394 sociedade. **TEMA 3: Gestão, Transparência e Responsabilidade Fiscal.** Coordenador: Inauê

A T A S

1395 Taiguara. Coloca a indefinição do que deveria ser debatido neste item: trata-se da gestão da
1396 universidade ou apenas da gestão financeira da universidade? Como o tema da gestão da
1397 universidade será tratado no ponto 6 - “Natureza, atribuições e composição dos colegiados”-,
1398 tece considerações sobre a gestão financeira. Nos debates do dia 07 de maio, todas as falas
1399 sobre as questões financeiras da USP giraram em torno de temas como “falta uma política de
1400 gestão”, “é necessário criar organismos de controle do orçamento”, “não adianta disponibilizar
1401 dados que o público em geral não saberá decodificar” (diferença entre publicidade dos dados
1402 públicos e propaganda), “garantir a transparência é garantir a autonomia”, “é necessário que o
1403 orçamento seja planejado e executado democraticamente”. Essas falas tiveram como pano de
1404 fundo a crise orçamentária que a USP atravessa depois do mandato Rodas. A reitoria tem
1405 vendido a ideia de que a crise orçamentária é consequência do comprometimento de 104% do
1406 orçamento da USP com a folha de pagamento dos servidores docentes e não docentes. Os
1407 debates deixaram claro que o repasse do ICMS para as Universidades estaduais paulistas até
1408 1989 era de cerca de 11,6%; que, dando com uma mão e tirando com a outra, no bojo da
1409 autonomia universitária, o então governador Quéricia reduziu o repasse do ICMS para 8,4%. A
1410 universidade, na figura dos docentes e dos servidores técnico-administrativos, tem empreendido
1411 uma luta histórica para recuperar os 11,6% do ICMS, sem os quais as atividades universitárias
1412 ficam comprometidas. Parte da categoria estudantil é contra o financiamento da universidade
1413 através do ICMS, pois trata-se de um imposto que pesa mais sobre quem ganha menos. Esta,
1414 porém, é outra discussão. Além da redução do repasse do ICMS, há que se considerar nos
1415 debates é que o atual estatuto da USP mantém o mesmo texto do de 1969 na gestão de recursos.
1416 Essa contradição – diminuição do repasse do ICMS e permanência da forma de gestão de
1417 recursos – é um dos elementos que inviabiliza a gestão financeira da universidade.
1418 Concretamente, os anseios parecem consubstanciar-se na seguinte exigência, que bem pode ser
1419 qualificada como um princípio, ao lado da “universidade pública e gratuita”, e da “autonomia
1420 universitária”, a saber, “transparência e gestão democrática dos recursos” – sendo que por
1421 transparência entende-se tanto o conhecimento da origem de toda a verba disponível, quanto a
1422 destinação dada a esta. Somente através de uma gestão transparente e democrática é que se
1423 poderá falar de responsabilidade fiscal. Como esta plenária tem por objetivo central discutir
1424 propostas para a reforma estatutária, me parece pertinente ressaltar o seguinte: dada a crise
1425 financeira que atravessamos (vide paralisação de amanhã), não podemos confundir dois
1426 momentos distintos. Um é o da mudança estatutária que, efetivamente, só se iniciará no
1427 primeiro semestre do ano que vem – até o final deste ano estaremos regidos pelo mesmo
1428 estatuto; outro é o momento presente e que pode lançar luzes para a reforma estatutária

A T A S

1429 propriamente dita, caso algumas medidas sejam tomadas desde já. Afinal, para decidir sobre
1430 mudanças, temos de conhecer o que ocorreu até agora para fazermos uma boa avaliação. Para
1431 tanto, é preciso desde já conhecer os tortuosos percursos que o dinheiro da universidade
1432 percorre. Digo isto, pois, em parte as propostas apresentadas são estruturais, isto é, versam
1433 sobre como normatizar, nos termos do estatuto, uma nova política de gestão orçamentária, em
1434 parte elas são de aplicação imediata e são pertinentes a esta plenária na medida em que
1435 pretendem contribuir para o processo mais amplo das mudanças estatutárias. Concretamente,
1436 foram apresentadas as seguintes propostas: - adoção de orçamento participativo (Orçamento
1437 participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa da comunidade sobre
1438 a gestão dos orçamentos públicos. Trata-se da participação da população nas decisões sobre a
1439 aplicação dos recursos financeiros arrecadados que deixa de ser apenas uma deliberação interna
1440 da administração pública, restrita ao circuito técnico e político. Por Orçamento Participativo
1441 strictu senso entende-se a proposta orçamentária discutida entre o governo e a população. Nesse
1442 processo a população tem poder deliberativo, pois a voz e o voto dos representantes populares
1443 têm peso nas decisões orçamentárias, mesmo que não alcancem o orçamento como um todo. Por
1444 Orçamento Participativo latu senso entende-se todas as formas de participação que não
1445 necessariamente conduzem às deliberações aceitas pelo poder público, mas que criam
1446 constrangimentos à sua completa liberdade de ação. É o caso, por exemplo, dos conselhos
1447 populares de acompanhamento do orçamento público, que têm o papel de fiscalizar os atos
1448 praticados pelo administrador público no tocante ao orçamento.) ; - adoção de mecanismos que
1449 inibam a utilização de recursos sem que se passe pela aprovação de todos; - criação de um
1450 conselho fiscal externo (incompatível com a autonomia universitária); - criação de um conselho
1451 fiscal representativo; - aprovação da execução orçamentária pelo Co (e não aprovar o orçamento
1452 ad referendum); - disponibilização dos dados dos sistemas corporativos – em especial, Júpiter
1453 (Graduação) e Mercúrio (Financeiro) – nos termos da Lei de Acesso à Informação; - abertura de
1454 todos os livros-caixa e contas da Universidade, incluindo os livros-caixa e contas das fundações
1455 que estão instaladas na USP; - descontaminação imediata do campus USP Leste, sobretudo em
1456 respeito à população do entorno; - exigir que seja pago às universidades paulistas o percentual
1457 do valor realmente arrecadado do ICMS no ano, e não apenas o percentual em cima da projeção
1458 de arrecadação, visto que nos últimos anos, a soma desta diferença pode chegar a 2 bi (fonte:
1459 boletim fórum das seis); - garantir que organizações da sociedade civil, dedicadas ao tema da
1460 transparência participem do processo de abertura dos dados financeiros e dos sistemas
1461 corporativos; - criação de um laboratório permanente de dados abertos. Por fim, apresento
1462 algumas questões que foram levantadas, mas para as quais nenhuma proposta foi apresentada: -

A T A S

1463 Quais as sanções cabíveis a quem incorrer em improbidade administrativa? Como aplicá-las no
1464 âmbito da autonomia universitária? Como financiar a Universidade, se não pelo ICMS? Se
1465 adotarmos o orçamento participativo, até que ponto a comunidade participante tem poder para
1466 deliberar? Se o Conselho Universitário do dia 03/06 não é deliberativo, como fazer com as
1467 propostas de aplicação imediata?’ Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Eu gostaria de
1468 saber se podemos considerar o documento aprovado. Não tenho nada contra apresentarmos
1469 algumas propostas que correm em paralelo com o estatuto, mas eu acho que elas não podem
1470 estar no mesmo encaminhamento porque dá a sensação de que isso vai entrar no estatuto. Eu
1471 colocaria como parte final do documento, dizendo que tais questões foram levantadas e que pela
1472 sua urgência política elas merecem medidas de aplicação imediata. Caso contrário pode dar a
1473 impressão por parte daqueles que vão julgar que nós não sabemos diferenciar uma medida
1474 política prática de um assunto que vai entrar.” Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara Monteiro
1475 de Almeida disse: “Na sistematização do PowerPoint elas estão separadas. Vou mostrar.
1476 Gostaria que a questão das datas das plenárias fosse encaminhada, para os dias 12/08, 10/09 e
1477 16/10.” Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Podemos encaminhar o documento?” Após
1478 votação, o documento a ser encaminhado e as datas das próximas plenárias foram
1479 **APROVADOS**. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “O documento 1.4 foi apresentado
1480 pelo CAEL. Gostaria de colocar algumas questões, mas acho que estamos esvaziados para
1481 tomar alguma decisão. Assim, acho que devemos jogar a questão para a próxima reunião. Por
1482 quê? A reivindicação que é feita não faz parte do estatuto e, por isso, o assunto precisa ser mais
1483 discutido. Por questão de equidade, eu precisaria abrir isso para todas as representações da
1484 Congregação. Proponho que retiremos o assunto de pauta e, na próxima reunião, colocamos a
1485 votação de título de professor emérito e o pedido do CAEL.” Com a palavra, o aluno Inauê
1486 Taiguara Monteiro de Almeida disse: “Hoje o garoto veio aqui e ele esperou até 15h30, eu pedi
1487 inversão de pauta e ela não foi concedida, o que é de direito da mesa. Gostaria que este fosse o
1488 primeiro ponto a ser votado.” Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “A questão do
1489 professor emérito não terá discussão, ela é só voto. Eu respeito muito, mas vocês precisam
1490 entender que temos uma ordem que deve ser respeitada. Saio daqui muito feliz com a
1491 sinalização que a Congregação deu, pois ela mostrou estar comprometida com os fatos e que
1492 temos posições. O assunto que vocês estão propondo também exige discussão.” 2 -
1493 CONCURSO DOCENTE - EXAME FORMAL DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA
1494 PELOS CANDIDATOS NO ATO DA INSCRIÇÃO PARA CONCURSO DOCENTE,
1495 ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO E COMISSÃO JULGADORA (Votação
1496 Sistema) 2.1 - CONCURSO – DOUTOR. 13.1.6060.8.5: 2.1.1 - ACEITAÇÃO DE

A T A S

1497 INSCRIÇÕES. DEPARTAMENTO – FILOSOFIA. DISCIPLINA - HISTORIA DA
 1498 FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA. PARECER FAVORÁVEL ÀS INSCRIÇÕES DOS
 1499 CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS: Relator: Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano
 1500 de Eugênio (DH). CANDIDATOS: 1. Eduardo Nasser, 2. Luiz Fernando Barrére Martin, 3.
 1501 Carlos Eduardo Ribeiro, 4. Luiz Damon Santos Moutinho, 5. Alex de Campos Moura, 6.
 1502 Flamarion Caldeira Ramos, 7. Vânia Dutra de Azeredo 8. Danilo Bilate de Carvalho 9.
 1503 Fernando Ribeiro de Moraes Barros 10. Philippe Lacour. Após votação, todos os candidatos
 1504 tiveram suas inscrições **APROVADAS** com 38 votos cada uma. 2.1.2 - COMISSÃO
 1505 JULGADORA: TITULARES: Profs. Drs. Eduardo Brandão (DF-FFLCH, Doutor) = 32 votos,
 1506 Franklin Leopoldo e Silva (DF/FFLCH/USP, Titular, apos.) = 34 votos, Oswaldo Giacóia Júnior
 1507 (UNICAMP, Titular) = 34 votos, Raul Ferreira Landim Filho (UFRJ, Titular) 33 votos e Edgar
 1508 da Rocha Marques (UFRJ, Doutor) = 27 votos. SUPLENTE: Profs. Drs. Ricardo Ribeiro Terra
 1509 (DF/FFLCH/USP, Titular) = 3 votos, Luiz Henrique Lopes dos Santos (DF/FFLCH/USP,
 1510 Associado, apos.) = 3 votos, Thelma Silveira da Mota Lessa da Fonseca (UFSCar, Doutora) = 3
 1511 votos, Débora Cristina Morato Pinto (UFSCar, Doutora) = 6 votos e Bento Prado de Almeida
 1512 Ferraz Neto (UFSCar, Doutor) = 5 votos. 2.2 - CONCURSO - LIVRE DOCÊNCIA 2.2.1 -
 1513 ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO - 13.5.917.8.9. DEPARTAMENTO – HISTÓRIA. ÁREA:
 1514 HISTÓRIA DO BRASIL INDEPENDENTE. PARECER FAVORÁVEL À INSCRIÇÃO DO
 1515 CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO: Relatora: Profa. Dra. Cleusa Rios Pinheiro Passos
 1516 (DTLLC) CANDIDATO: Prof. Dr. João Fábio Bertonha. Após votação, a inscrição foi
 1517 **APROVADA** com 38 votos favoráveis. 2.2.2 - COMISSÃO JULGADORA. TITULARES:
 1518 Profs. Drs. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio (DH-FFLCH, Livre Docente)= 40 votos,
 1519 Elizabeth Cancelli DH-FFLCH, Livre-Docente)=38 votos, Maria Stella Martins Bresciani
 1520 (UNICAMP, Titular), Helgio Henrique Casses Trindade (UFRGS, Titular)= 32 votos e Ângela
 1521 Maria de Castro Gomes (UNiRio, Titular) =30 votos. SUPLENTE - Profs. Drs. Maria Helena
 1522 Rolim Capelato (DH-FFLCH, Titular) = 6 votos, Francisco Carlos Palomanes Martinho (DH-
 1523 FFLCH, Livre Docente) = 1 voto, Marilena de Souza Chauí (DF-FFLCH, Titular, apos.) = 3
 1524 votos, Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFF-RJ, Titular) = 5 votos, Michael McDonald Hall
 1525 (UNICAMP, Titular) 4 votos e Tânia Regina de Luca (UNESP - Assis, Livre Docente) = 4
 1526 votos. 3 - PROGRAMA DE LIVRE DOCÊNCIA 2º SEMESTRE DE 2014 (Votação aberta) O
 1527 Departamento de História solicita a **NÃO INCLUSÃO** dos programas da área de História do
 1528 Brasil Independente abaixo relacionados, no Edital de abertura de Livre Docência previsto
 1529 para o 2º semestre de 2014: - disciplina Brasil Independente; - área História do Brasil
 1530 Independente. Com a palavra, a Profa. Zilda Marcia Gricoli Iokoi disse: “Acho que temos que

A T A S

1531 tirar o item de pauta, pois é necessário explicação dos motivos para a não alteração. Pode ter um
1532 conflito por lá e ninguém sabe.” Após votação, o item foi **RETIRADO DE PAUTA**. 4 -
1533 COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO DE
1534 DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL (votação aberta, sem prejuízo de pedidos de
1535 destaque). 4.1 - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
1536 PORTUGUESA ENCAMINHA TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO DE DOUTORADO
1537 INTERINSTITUCIONAL (DINTER), ENTRE A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E A
1538 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. (vide anexo, cópia do parecer FAVORÁVEL
1539 apreciado ad referendum da CPG) Após votação, o parecer favorável foi **APROVADO**. Nada
1540 mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. E, para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente,
1541 Assistente Técnica de Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que assino
1542 juntamente com o Senhor Presidente. São Paulo, 22 de maio de 2014.